

**ROSEMERI APARECIDA DOS SANTOS BROSIN**

**AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO  
BRASILEIRO, NOS ANOS 90 .**

**Monografia apresentada como  
requisito parcial à conclusão do  
Curso de Ciências Econômicas,  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas,  
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Divonzir Lopes Beloto.**

**CURITIBA  
2005**

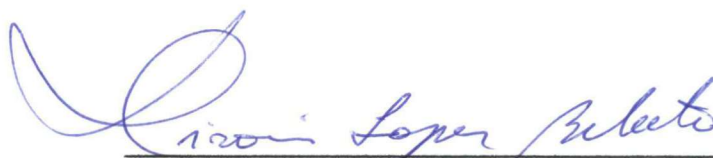
## TERMO DE APROVAÇÃO

**ROSEMERI APARECIDA DOS SANTOS BROSIN**

### **AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO, NOS ANOS 90 .**

**Monografia aprovada como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador:**



---

**Prof. Divonsir Lopes Beloto**  
**Departamento de Economia, UFPR**



---

**Prof. Armando João Dalla Costa**  
**Departamento de Economia, UFPR**



---

**Prof. Patricia Rosentaski de Oliveira**  
**Departamento de Economia, UFPR**

**Curitiba, 27 de outubro de 2005**

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....</b>	<b>iv</b>
<b>LISTA DE SIGLAS .....</b>	<b>v</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>vi</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>01</b>
<b>2 ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL NOS ANOS 90 .....</b>	<b>02</b>
2.1 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS E A INSERÇÃO DO BRASIL NA NOVA ECONOMIA MUNDIAL .....	08
2.2 CONSENSO DE WASHINGTON E A INSERÇÃO DA AMÉRICA LATINA NA ECONOMIA MUNDIAL.....	12
2.3 A INSERÇÃO DO BRASIL NA MODERNA ECONOMIA GLOBALIZADA .....	14
<b>3 MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E SUA DINÂMICA .....</b>	<b>18</b>
3.1 HISTÓRICO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO, DOS ANOS 30 AOS ANOS 90.....	19
3.2 MERCADO DE TRABALHO FORMAL .....	22
3.3 MERCADO DE TRABALHO INFORMAL .....	26
<b>4 A ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL NOS ANOS 90, E AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO .....</b>	<b>29</b>
4.1 AS PRIVATIZAÇÕES E O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.....	31
4.1.1 <i>Mudanças no Emprego Industrial no Brasil nos Anos 90</i> .....	38
4.2 ABERTURA, TERCEIRIZAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 90....	42
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>54</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO FORMAL NO BRASIL .....	25
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIZAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NAS PRINCIPAIS ÁREAS METROPOLITANAS DO BRASIL (RE, AS, BH, RJ, SP, POA) .....	28
TABELA 1 - BRASIL: EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS PRIVATIZADAS E DO AJUSTE DO EMPREGO NO SETOR ESTATAL ENTRE 1979 E 1999.....	34
TABELA 2 - EVOLUÇÃO DAS DEZ PRINCIPAIS OCUPAÇÕES PROFISSIONAIS DESTRUÍDAS E CRIADAS NO SETOR ESTATAL 1989-1999.....	35
TABELA 3 - NÚMERO DE TRANSAÇÕES DE FUSÕES E AQUISIÇÕES ENTRE 1992 E 1998, POR SETOR DE ATIVIDADE .....	37
TABELA 4 - CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESEMPREGO E MUDANÇAS NO EMPREGO FORMAL E INFORMAL NO BRASIL – 1990-98.....	40

## LISTA DE SIGLAS

- PSI – PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES
- FHC – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
- SFI – SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL
- PIA – POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA
- CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO
- FGTS – FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
- SINTEIN – SINDICATO DOS TRABALHADORES NA ECONOMIA INFORMAL
- MT – MINISTÉRIO DO TRABALHO
- OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO
- II PND – SEGUNDO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
- CADE – CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
- PICE – POLÍTICA INDUSTRIAL E DE COMÉRCIO EXTERIOR
- PIM – PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL

## RESUMO

O presente trabalho tem por proposta analisar quais foram as principais transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro nos anos 90.

Apresenta por hipótese a existência de três fatores que teriam impulsionado tais mudanças, sendo o fator principal a abertura comercial no Brasil nos anos 90, que teria sido implementada de maneira muito rápida sem nenhum tipo de política de ajuste em relação ao parque produtivo nacional, o qual acostumado ao mercado protegido não estava preparado para enfrentar a concorrência e as mudanças que o novo paradigma econômico adotado nos anos 90 impôs, impactando no mercado de trabalho de maneira negativa, dada a urgência de um novo perfil de qualificação e nível de instrução exigido para a mão-de-obra, assim como o aumento do desemprego e subemprego observado no período.

Os outros dois fatores referem-se ao aumento das privatizações e terceirizações ocorrido após a abertura comercial, embora não sejam fenômenos novos aumentaram significativamente após o processo de abertura comercial, o impacto do aumento desses dois fatores refletiram sobre o mercado de trabalho no sentido de reduzir o emprego público, reduzir o emprego industrial, assim como reduzir a qualidade do emprego e da renda.

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é apresentar os principais fatores que acarretaram importantes transformações no mercado de trabalho brasileiro nos anos 90.

Observa-se que nesse período houve um aumento significativo do desemprego, assim como uma redução do trabalho formal e conseqüente aumento do trabalho informal.

O processo de abertura comercial, iniciado no fim da década de 80 e início dos anos 90 no Brasil, trouxe importantes transformações para a economia brasileira, a qual deixa de ter uma industrialização protegida e passa a orientar-se por um novo paradigma, no qual estão presentes como fatores fundamentais, a competitividade, alta tecnologia, inovações de produtos e de processos, entre outros.

O trabalho será dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro deles correspondente a esta introdução.

No segundo capítulo será abordado o processo de abertura comercial no Brasil, assim como a inserção deste, na nova economia mundial.

A abertura comercial será considerada, por hipótese, o principal fator gerador das transformações no mercado de trabalho no país, pois é a partir do processo de abertura comercial que outros fatores se intensificam e se transformam, tais como as inovações tecnológicas e organizacionais.

O terceiro capítulo será relativo ao mercado de trabalho brasileiro, onde serão abordados temas, como a dinâmica e o histórico do mercado de trabalho brasileiro, assim como a questão do trabalho formal e informal e as transformações observadas nesses mercados, principalmente a partir da abertura comercial nos anos 90.

O quarto capítulo abordará outros dois fatores: o aumento do processo de privatizações e o aumento do processo de terceirização, que somados ao fator da abertura comercial, evidenciam as conseqüentes transformações no mercado de trabalho brasileiro nos anos 90.

## **2 ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL NOS ANOS 90.**

Pode-se dizer que a Abertura Comercial no Brasil, principalmente nos anos 90, foi uma tentativa de sanar alguns problemas sérios que o Brasil vinha enfrentando desde décadas passadas.

Segundo LACERDA et alii (2002), a década de 80 no Brasil já apresentava sério quadro de instabilidade, onde importantes setores da economia, se comparados com padrões internacionais, se encontrava em atraso tecnológico, o qual era evidenciado pela obsolescência das máquinas e equipamentos e pelo atraso dos métodos de gerenciamento e das relações de capital e trabalho.

Acreditava-se que a Abertura Comercial favoreceria a uma reestruturação da indústria brasileira.

No início dos anos 80, acreditava-se que a abertura era inevitável, apesar das controvérsias a respeito de sua condução, uma vez que o processo de substituição de importações se esgotava e começava a ser questionado. Desde então, a liberalização vem se constituindo no grande condutor das políticas econômicas dos países em desenvolvimento” (LACERDA et alii, 2002, p.183).

Segundo GREMAUD (2002, p.366), houve, principalmente a partir da década de 30, um considerável avanço do setor industrial brasileiro, o qual apresentou certas características que possibilitou que esse avanço fosse chamado de industrialização por substituição de importações, essa industrialização apresentava a característica inicial de ser uma industrialização fechada. Essa característica se devia ao fato de ser uma industrialização voltada a atender o mercado interno, não produzia para exportar. Dependia também, de medidas protecionistas que evitassem a concorrência externa.

Aponta a existência, no período, de um estrangulamento externo, dada queda do valor das exportações aliada a manutenção de parte da demanda interna, o que mantinha uma demanda por importações e conseqüentemente gerava escassez de divisas. Para controlar a crise gerada pelo estrangulamento externo, o governo toma

medidas protecionistas que favorece o aumento da competitividade e da rentabilidade da produção do país.

GREMAUD (2002, p. 366) salienta, que os investimentos realizados nos setores de substituição de importação, permitiu produzir dentro do país parte dos produtos que antes se obteria somente através de importação, tais investimentos permitiram o aumento da renda nacional e da demanda agregada.

Uma importante observação é feita por GREMAUD (2002, p.367), ao apontar que, conforme a demanda crescia nova demanda por importações surgiam, surgindo também a necessidade de se adquirir matérias-primas e equipamentos que só poderiam ser obtidos se importados. Sendo assim, surgia um novo estrangulamento externo, ou seja, a medida em que, os investimentos e a produção conseguiram avançar em alguns setores, apareciam novos pontos de estrangulamento em outros. Sendo assim, a demanda por produtos desses outros setores só poderia ser atendida por meio de importações. Diante disso, o estrangulamento externo podia ser apontado como sendo o “motor dinâmico” do PSI.

GREMAUD (2002) aponta o Plano de Metas elaborado no governo Juscelino Kubitschek, como sendo o período de auge da industrialização no Brasil. Argumenta que o Plano de Metas não se restringe apenas a responder os problemas de estrangulamento, mas busca também criar uma estrutura industrial integrada.

O Plano de Metas objetivava uma rápida industrialização, para tanto, buscou investir nas estatais e em infra-estrutura, principalmente, nos setores de transporte e energia elétrica. Visava estimular o aumento da produção de bens intermediários, assim como dar incentivos para que fossem introduzidos setores de consumo duráveis e de capital. O sucesso do Plano de Metas acelerou o crescimento da economia, gerando profundas mudanças estruturais, no que diz respeito às bases produtivas.

Os principais problemas apontados estavam relacionados à questão do financiamento.

... os investimentos públicos, na ausência de uma reforma fiscal condizente com as metas e os gastos estipulados, precisaram ser financiados principalmente por meio de emissão monetária, com o que se observou no período uma aceleração inflacionária.”(GREMAUD, 2002, p.381)”.

Segundo GREMAUD (2002, p.381) outra forma de financiamento do Plano se deu com uma “deterioração do saldo em transações correntes” e um aumento da dívida externa.

Segundo ALENCAR (1996), o modelo de Substituição de Importações, adotado no pós-guerra, utilizado para desenvolver a economia brasileira, não está apenas esgotado, mas também obsoleto. Afirma que em meados dos anos 60, o PSI começou a ser substituído por outro modelo que visava uma maior abertura econômica para o exterior, e que esse foi interrompido pelos choques de petróleo. Diante de tais crises, a estratégia econômica foi a de voltar ao modelo de substituição de importações.

Essa nova fase do modelo exauriu, quantitativamente, a possibilidade de a substituição de importações ser utilizada como fator dinâmico da economia. A isso se soma a inadequabilidade crescente de modelos protecionistas no mundo moderno “(ALENCAR, 1996, p.59)”.

ALENCAR (1996), aponta também, que muitos erros ocorreram na implantação do PSI. afirmando que possivelmente o maior dos erros tenha sido um protecionismo externo exagerado e muito prolongado. As barreiras às importações acabam por reduzir a ineficiência tornando-se empecilho ao desenvolvimento. A dificuldade de importar aumenta os custos de produção, se comparado com o mercado externo, fato que restringe o mercado interno e a capacidade de exportar, reduzindo a produção. As empresas pouco eficientes sobrevivem, uma vez que não há concorrência, gerando, no entanto, efeitos na economia interna, similares aos relacionados à dificuldade de importar.

O atraso tecnológico, queda de renda, diminuição da capacidade de investir são apontados por ALENCAR (1996, p.60), como conseqüência resultante da maneira como foi estabelecido o PSI.

... Em um caso extremo, a continuidade dessas distorções pode até chegar a afastar a indústria brasileira do mercado internacional.”(ALENCAR 1996, p.60)”.

Pode-se concluir que, diante da constatação de que o modelo do PSI estava saturado, houve a necessidade de se buscar um “novo” modelo que pudesse tornar possível o retorno do crescimento econômico do país. A crise dos anos 80 no Brasil

torna essa necessidade ainda mais notória, evidenciando a urgência em dinamizar a economia, principalmente pela incorporação de novas tecnologias, na tentativa de reduzir o atraso e a obsolescência existentes no país. Diante de tais desafios, percebe-se que a idéia de liberalização passou a conduzir as políticas econômicas no país.

A idéia principal era a de que o livre comércio proporciona desenvolvimento econômico, trazendo melhorias para a vida da população, decorrente do crescimento econômico inerente de uma melhor utilização dos fatores de produção.

Dentro desse contexto LACERDA et alii (2002), argumenta que a partir da segunda metade dos anos 80, a abertura comercial ocorreu de forma generalizada nos países latino-americanos.

GREMAUD et alii (2002), argumenta que a reforma comercial no Brasil inicia-se no final da década de 80, mais precisamente em 1988 no governo Sarney. Neste período foram abolidos vários regimes especiais de importação, houve redução de tarifas, redução de impostos sobre importação e redução de alíquotas. Mas foi no governo Collor que a abertura comercial passou a ser vista como meta fundamental, justificada pelos ganhos ou vantagens que o Brasil teria com um processo de abertura comercial.

A política de liberalização, no início dos anos 90, estava focada principalmente na questão da competitividade, já as políticas adotadas anteriormente estavam voltadas para a expansão da capacidade produtiva dado o incentivo à substituição das importações. A idéia básica da nova política era aumentar a eficiência tanto na produção como na comercialização de bens e serviços, através da modernização e reestruturação da indústria. Tinha como estratégia redução das tarifas e subsídios, a melhora da infra-estrutura tecnológica, fortalecimento dos setores competitivos e desenvolvimento de novos setores, a indústria brasileira seria exposta à competição internacional, com intuito de melhorar a qualidade e os preços dos produtos no mercado interno, reduzindo os setores oligopolizados e a capacitação tecnológica das empresas nacionais. (LACERDA et alii,2002).

No governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a abertura comercial continuou a ser defendida, o processo de abertura foi aprofundado, com intuito de se ter vantagens que favoreceriam a estabilização econômica. (LACERDA et alii,2002).

GREMAUD et alii,(2002) aponta, no entanto, que a partir de 1995, o ritmo da abertura diminuiu, por ter gerado problemas em alguns setores, também como resultado da crise mexicana e asiática, e problemas com o Balanço de Pagamentos.

Segundo GREMAUD et alii,(2002), a abertura favoreceu de forma efetiva a uma reestruturação das empresas nacionais, assim como auxiliou no processo de estabilização, permitindo aos consumidores acesso a produtos inacessíveis antes da abertura, no entanto, várias críticas foram feitas a respeito da forma como a abertura foi realizada.

Uma das principais críticas em relação à forma de como se deu a abertura comercial no Brasil é apontada por LACERDA et alii,(2002,p.186):

A abertura comercial se deu em condições particulares, sem que os fatores de competitividade sistêmica fossem adaptados, o que provocou um desafio exemplar para os produtores locais. Estes, ao contrário dos concorrentes internacionais, foram prejudicados com tributação e juros elevados, carência de infra-estrutura e excessiva burocracia.

Segundo POCHMANN,(2001), a abertura comercial ocorreu de forma drástica e sem a implementação de políticas industriais e agrícolas adequadas desarticulando algumas cadeias produtivas, o que provocou a substituição de produtos nacionais por importados, aumentando a já elevada dependência externa do país. Medidas governamentais, como a valorização cambial, aumentaram as barreiras às exportações, e acabou por estimular ainda mais as importações de bens e serviços e gastos com serviços no exterior.

...o movimento de liberalização comercial e de internacionalização da economia brasileira nos anos 1990, pode-se perceber seus efeitos negativos sobre o trabalho. Em relação ao emprego formal no setor industrial, nota-se que entre 1990 e 1998, ocorreram cerca de 1,2 milhão de demissões influenciadas pela ampliação do grau de exposição externa do parque produtivo nacional.

(POCHMANN, 2001, p.49).

CANO, por sua vez, faz uma interessante reflexão sobre a abertura comercial:

No que diz respeito à abertura comercial, é possível até pensar que um processo gradual contornaria o problema da baixa competitividade industrial de nossos países e que eles teriam o tempo necessário para adquirirem competitividade internacional para enfrentar de igual para igual, os países desenvolvidos. Contudo os países subdesenvolvidos jamais serão plenamente competitivos como os desenvolvidos em qualquer ramo de produção. Existem diferenças intrinsecas de financiamento, acesso à tecnologia, e, principalmente, de acesso a mercados. Por exemplo, se os principais países latino-americanos se convertessem em competitivos, teriam que procurar mercados nos países desenvolvidos, dado que entre eles não haveria diferenças que pudessem ampliar a concorrência. Por outro lado, os desenvolvidos, todos, têm graus de especialização em determinadas linhas de produtos que são imbatíveis. Mas, mesmo na hipótese de que pudéssemos ser competidores internacionais, não haveria mercado para todos e sim para alguns. (CANO, 1999, P.44 e 45).

LACERDA et alii,(2002), no entanto, reconhecem que a abertura comercial foi positiva no que tange aos benefícios gerados aos consumidores, tanto pela diversidade de produtos, quanto pelo aumento da competitividade que reduz os preços, assim como a melhora da qualidade dos produtos advinda da tecnologia, mas atentam para o problema da redução do nível de emprego, que afeta seriamente a sociedade.

Pode-se concluir que, na busca de superar a crise vivida nos anos 80, e na tentativa de voltar ao crescimento econômico, um novo modelo econômico foi adotado no Brasil, onde foram iniciados processos de abertura comercial e financeira, cujo objetivo era inserir o país na economia mundial e recoloca-lo no caminho do desenvolvimento sustentado.

Novas palavras de ordem passaram a configurar o cenário internacional, e uma das principais era a competitividade. No entanto, diz-se que, se um país quer se tornar competitivo não basta apenas, que ele abra suas fronteiras mas, que também passe a utilizar-se de outras ferramentas importantes, entre elas a tecnologia e inovação.

Percebe-se que diante da necessidade de tantas mudanças, sejam elas econômicas ou tecnológicas e sendo o mercado de trabalho intrinsecamente ligado a esses fatores é provável que ele tenha sofrido significativas mudanças. No entanto,

seria possível afirmar que as prováveis mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro nos anos 90, se deram em decorrência da abertura comercial?

No momento, apenas pode-se concluir que, a partir dos anos 90, houve importantes mudanças na política de comércio do Brasil. Sendo esse período caracterizado por um abrangente processo de abertura comercial, que ganhou força no governo Collor sendo continuado no governo FHC. Buscava-se com a abertura comercial reestruturar a indústria brasileira através da competitividade, ou seja, as indústrias brasileiras teriam que se adequar, principalmente em termos tecnológicos, para se manterem no mercado dado o aumento de competitividade que a abertura imporia.

As políticas governamentais visavam a possibilidade de estabilização econômica através da liberalização comercial, e também a obtenção de ganhos advindos desta, cuja vantagem principal seria o favorecimento ao crescimento econômico, entre outros benefícios.

Percebe-se no entanto, que a abertura comercial pode ter sido implementada de maneira muito rápida, tornando o processo de transição e adaptação da indústria brasileira mais lento que os efeitos advindos da abertura comercial, gerando desestabilizações no setor industrial e conseqüentemente no mercado de trabalho.

## 2.1 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS E A INSERÇÃO DO BRASIL NA NOVA ECONOMIA MUNDIAL.

Torna-se necessário uma breve avaliação dos acontecimentos mais relevantes que antecedem os anos 90, para melhor compreender os motivos que levaram o Brasil à abertura econômica.

Segundo CHAUÍ (2000), a política neoliberal ganha força com a crise dos anos 70, quando, mesmo com baixas taxas de crescimento econômico, a inflação se mantinha alta, fenômeno que ficou conhecido como estagflação. Essa situação jamais havia sido prevista no capitalismo. Havia um grupo de economistas, entre eles, Hayek,

Friedman e Popper que acreditavam ter a explicação para tal crise. Eles argumentavam que a crise teria sido causada pelo grande poder que tinham os sindicatos, pelos movimentos operários que lutavam por maiores salários e acabavam por aumentar os encargos sociais do Estado. Essa situação estaria destruindo os níveis de lucro desejado pelas empresas desencadeando processos inflacionários fora de controle.

Ainda, segundo CHAUI (2000), após esse diagnóstico, foi proposto pelo grupo acima citado, com intuito de controlar a crise, que o Estado deveria ser fortalecido para reduzir o poder dos sindicatos e dos movimentos operários, pois assim haveria controle do dinheiro público e reduziria de maneira drástica os encargos sociais e os investimentos na economia. O Estado deveria também, ter por meta, a estabilidade monetária, conter os gastos sociais e restaurar a taxa de desemprego, de maneira a formar um exército industrial de reserva que acabasse com o poder dos sindicatos. O Estado deveria ainda, realizar uma reforma fiscal a fim de dar incentivo a investimentos privados, por meio de redução de impostos sobre o capital e as fortunas, em contra partida, aumentar os impostos sobre a renda individual. Salientavam a importância de que o Estado se afastasse da regulação econômica, deixando que a racionalidade do mercado corrigisse a desregulação.

Segundo FIORI<sup>1</sup>, (1996), Margareth Thatcher, na Inglaterra, implementou as idéias neoliberais nos anos 80 de forma tão intensa que ficou conhecida como a “Dama de Ferro”.

A orientação neoliberal dizia que as crises econômicas eram, resultado de excesso de democracia, excesso de Estado, excesso de regulação e excesso de força sindical, ou seja, excesso de Welfare State.

Diante disso, Margareth Thatcher, atacou primeiramente a questão social, isto é, restringiu os direitos e atividades dos movimentos sindicais, reduziu radicalmente a presença do Estado na economia e na sociedade, por meio de desregulação, privatização e abertura comercial. No plano econômico também seguiu rigorosamente as idéias neoliberais, implementando políticas monetária restritiva, redução de carga fiscal sobre o capital para torná-lo mais competitivo, flexibilizou o mercado de trabalho.

---

<sup>1</sup> José Luiz Fiori – Professor da UFRJ.

Segundo afirma FIORI, (1996), a política neoliberal quando implementada pelos governos dos países centrais, desmontou o Welfare State, tornando o trabalho como simples mercadoria, cujo preço e nível de ocupação passa a ser determinado exclusivamente pelo mercado.

FIORI, (1996), aponta que a partir das aplicações do receituário neoliberal - pela Inglaterra, EUA, Alemanha e França, nos anos 80 - causou um “efeito dominó”, ou seja houve um processo de difusão crescente do neoliberalismo no mundo.

O modelo expande-se pelo mundo capitalista, sendo aplicado, primeiramente no Chile, em seguida na Inglaterra e nos Estados Unidos. (CHAUÍ, 2000).

Na tentativa de recuperar a economia, há um severo ajuste recessivo das economias industrializadas, através da elevação da taxa de juros.

O segundo momento, em alguns setores superpondo-se e confundindo-se com o primeiro, é o de “recuperação”, mediante o duro ajuste recessivo das economias industrializadas, que, a partir do início dos 80, vai tomar nos EUA, a forma da elevação brusca e sensível da taxa de juros promovida pelo Federal Reserve” ( RICUPERO, 2000).

Conforme explica RICUPERO (2000), a recuperação econômica dos Estados Unidos começa por volta de 1983, as economias industrializadas voltam a crescer, sendo dinamizada pelo comércio mundial.

Com Gorbatchov no governo da URSS, acontece a reforma do regime socialista na URSS e no Leste europeu.

Duas palavras novas se incorporaram ao léxico mundial: Glasnost e Perestroika. Armado delas, Gorbatchov implanta uma “revolução pelo alto” que abala os fundamentos do sistema político e econômico da União Soviética e desperta forças adormecidas nas profundezas do último império multinacional herdado do século XIX. (RICUPERO,1992, pág.19).

RICUPERO (2000) faz uma interessante menção sobre a reação dos países socialistas diante da reforma comunista:

Sobre os países do "socialismo real" abate-se formidável vendaval, uma "revolução pela base" que conduz, na Polônia, à vitória da solidariedade e formação do primeiro governo não-comunista em quarenta anos, na Hungria, ao pluralismo partidário e a adesão dos comunistas (sob outro nome) à Internacional Socialista; na Alemanha do leste a queda de um regime sinônimo de rigidez e imobilismo e à derrubada simbólica do muro de Berlim, tomado irrelevante pela liberdade de viajar; na Bulgária e Tchecoslováquia, à substituição dos dirigentes de linha dura.

Torna-se importante salientar que, depois da "queda do Muro de Berlim" o modelo neoliberal adotado pelos países capitalistas, passou a ser aplicado também no Leste europeu (CHAUÍ, 2000,p.28).

Diante do exposto, entende-se que as crises econômicas desencadeadas principalmente na Inglaterra e EUA nos anos 70, abriram a possibilidade de se testar um novo modelo econômico, que pudesse dar respostas e principalmente tirar os países das crises vivenciadas no período, vindo a fortalecer o pensamento neoliberal e não apenas isso, vindo a torná-lo uma espécie de tabua de salvação também para os países subdesenvolvidos.

Percebe-se que uma espécie de onda neoliberal passa a surgir, na qual praticamente todos os países parecem sentir que precisam fazer parte para atingir seus objetivos de estabilização e crescimento econômico.

## 2.2 CONSENSO DE WASHINGTON E A INSERÇÃO DA AMÉRICA LATINA NA ECONOMIA MUNDIAL<sup>2</sup>.

Em 1989, o International Institute for Economy, em Washington, promoveu uma reunião cujo objetivo era discutir as reformas necessárias para que a América Latina saísse da chamada década perdida, (gerada pela estagnação, inflação, recessão e dívida externa) e retomasse o caminho do crescimento, do aumento da riqueza, do desenvolvimento.

Nessa reunião, surge a expressão Consenso de Washington, criada pelo economista John Williamson<sup>3</sup>. Os resultados dessa reunião foram publicados em livro, em 1990. Esse livro espalhou -se e juntamente com ele a expressão.

Um dos consensos estabelecidos na reunião era de ordem macroeconômica, pois todos concordavam que os países periféricos deveriam buscar a estabilização monetária, e estas deveriam ser rígidas, porque a principal prioridade era a estabilização e para isso a política fiscal teria que ser submetida à política monetária.

Em seguida é apontado como um consenso a necessidade de estabilização e reformas, para tanto, era necessário uma política fiscal austera, com cortes, corte de salários dos funcionários públicos, demissões, flexibilização do mercado de funcionários públicos, corte das contribuições sociais, reforma da previdência social.

Havia um consenso também de ordem microeconômica, era preciso desonerar fiscalmente o capital para que ele possa aumentar a sua competitividade no mercado internacional, desregulado e aberto.

Sendo assim, surge a idéia de que o único caminho que possibilitaria que as pequenas empresas situadas nos países da periferia entrarem nesse jogo seria por aumento de competitividade, o que passaria por desoneração fiscal, flexibilização dos

---

<sup>2</sup> FIORI, J. L., Consenso de Washington. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/globais/textos/consenso\\_w.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/globais/textos/consenso_w.htm). Acesso em 30/07/2005.

<sup>3</sup> FIORI, (1996), refere-se a John Williamson como sendo um economista menor sem grande expressão, sendo ele o criador do termo Consenso de Washington, ao perceber que os participantes da reunião que tratava sobre os problemas da América Latina em 1989, concordavam em alguns aspectos.

mercados de trabalho, diminuição da carga social com os trabalhadores, diminuição dos salários.

Outra importante proposta do Consenso, era o desmantelamento do modelo de substituição de importações, o qual consideravam um modelo ruim, e de mau funcionamento.

Sendo assim, foram apresentadas propostas, estando estas em um “pacote” de reformas estruturais.

A primeira proposta era a desregulação dos mercados, sobretudo o financeiro e o do trabalho. Em seguida, a proposta seria a privatização, depois a abertura comercial e a garantia do direito de propriedade, sobretudo na zona de fronteira, isto é, nos serviços, propriedade intelectual etc.

O fato é que desde o início dos anos 80, o neoliberalismo passa a avançar, e qualquer país em desenvolvimento que tivesse pretensão de inserir-se na economia mundial via-se obrigado a alinhar-se aos novos paradigmas.

nos principais centros de poder de Washington, havia-se desenhado um programa compacto de políticas e reformas perfeitamente alinhadas com a hegemonia dominante dos países centrais, desde o início dos anos 80, isto é, um programa neoliberal traduzido para a América Latina como liberal. (FIORI, 1996).

Em resumo, observa-se que os acontecimentos históricos que envolvem o fim da década de 80 e o início dos anos 90, revelam rápidas e importantes mudanças políticas e econômicas em todo o mundo todo.

As idéias neoliberais pareciam apontar o caminho a ser trilhado na tentativa de sanar os problemas vividos por vários países, no período, como a inflação, obsolescência tecnológica, participação mais efetiva no cenário econômico mundial, competitividade, entre outros.

A queda do muro de Berlim em 1989; o fim da guerra fria e a desintegração da União Soviética, acabam pondo fim a bipolaridade mundial, como consequência há um fortalecimento do capitalismo, o qual estava se tornando cada vez mais competitivo e linhas gerais muito mais próximo à ideologia neoliberal.

## 2.3 A INSERÇÃO DO BRASIL NA MODERNA ECONOMIA GLOBALIZADA

O surgimento de blocos econômicos regionais, assim como o surgimento de novas potências, como o Japão, China e Hong Kong, foram fenômenos inerentes ao processo de globalização.

Segundo ZEBRAL FILHO, (1997), a globalização esta relacionada às várias mudanças que se processam nas economias modernas manifestando-se na vida pública e privada. O processo de globalização mundial é formado por transformações ocorridas nas relações de produção, das forças produtivas, assim como nas transformações ocorridas nos sistemas institucionais, políticos e ideológicos.

ZEBRAL FILHO, (1997), aponta também, a importância da “Revolução Técnico-Científica, que favoreceu, entre outras coisas, um novo padrão de organização da produção, trazendo consigo novos padrões e conceitos, tais como, “produtos globais e ecologicamente corretos”, tornou possível a existência de produtos similares em todos os mercados, com distribuição global associada a prestação de serviços, como por exemplo, assistência técnica e atualização; possibilitou o surgimento de novas estruturas organizacionais onde a estrutura de produção e organização fundem-se e são organizadas em rede com estruturas flexíveis e hierarquizadas em cooperativas; surgem as parcerias, as fusões entre empresas distintas e complementares, as empresas passaram a penetrar novas regiões geográficas e a participar de novas indústrias.

Segundo FIORI (1996), o Brasil, via-se compelido a inserir-se na nova economia mundial, pois, o mundo estava cada vez mais globalizado, as idéias neoliberais pareciam indicar o caminho que levaria o país a voltar a crescer economicamente, no entanto, precisava recuperar credibilidade, precisava principalmente, conter a crise da dívida, a qual só fazia aumentar, comprometendo o desenvolvimento do país, desencadeando muitos problemas econômicos, entre eles, altos índices de inflação e queda do crescimento da economia. O Brasil precisava renegociar a dívida. Para isso, precisava conseguir empréstimo no Sistema Financeiro Internacional (SFI). No entanto, o SFI passou a ser comandado por multinacionais monopolistas ou oligopolistas e por

bancos privados, os quais passaram a exigir condicionalidades para conceder empréstimos, parte das condições referiam-se á adesão das políticas neoliberais apontadas pelo Consenso de Washington. A exigência explica-se pelo fato óbvio de que não há confiança para emprestar dinheiro a quem não tenha o orçamento fiscal equilibrado, não tenha uma moeda estável, não tenha economia aberta, os mercados financeiros desregulados, o comércio desprotegido e o estado diminuído ao mínimo.

Avalia-se que, enquanto muitos desses acontecimentos ocorriam no mundo, o Brasil na metade da década de 80 saía de uma reforma política, isto é, de regime ditatorial passando para um regime democrático, com eleições diretas, formulava uma reforma constitucional e ainda enfrentava sérios problemas, entre eles, hiperinflação; o aumento nas taxas de juros da economia mundial, que poderia levar a uma excessiva saída de capitais do país. O Brasil sofria também com a crise da dívida externa, sendo forçado a severos ajustes econômicos, que atravancavam o crescimento.

As finanças públicas foram afetadas pelo peso da dívida, levando a uma aceleração da inflação, esta aliada à alta da taxa de juros internacional deixava o país vulnerável.

Vários Planos Econômicos foram criados na tentativa de sanar o problema da inflação, entre eles o Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão, no entanto, apenas o Plano Real teve êxito.

A condução da política econômica da Nova republica elegeu o combate inflacionário como meta principal... Isso foi tentado de diferentes formas, com uma série de planos econômicos que visavam a quedas abruptas da inflação... (GREMAUD et alii, 2002 p.427.).

Pode-se perceber que o país precisava, além de controlar a inflação, modernizar a economia brasileira, a utilização de novas tecnologias tornava-se fundamental.

Existe uma estreita correlação entre avanço tecnológico e o grau de competitividade de uma economia. Por sua vez, hoje, ou um país se integra ao mundo com uma economia competitiva ou

será marginalizado e se tomará política e economicamente dependente<sup>4</sup> (ALENCAR, 1996, p.06).

Segundo ALENCAR (1996), uma economia apenas se torna e se mantém competitiva se estiver integrada às demais, dada velocidade em que ocorrem as inovações tecnológicas, as quais têm seu controle concentrado no nível internacional. Afirma que as mudanças tecnológicas se dão de forma muito rápida tornando impossível para uma empresa ou nação acompanhar esse processo sozinha. Salaria que todas as economias conscientes da nova realidade mundial, buscam na competição e na integração os necessários ganhos de produtividade.

Para atender a demanda por competitividade, a modernização da economia é indispensável, pois ela é condição crucial para a inserção e permanência do país na economia internacional moderna. Para que isso seja possível o país precisa manter intercâmbio de bens e serviços, e também de transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, os bens e serviços têm que oferecer preços e qualidades que estejam de acordo com as exigências do mercado internacional, do contrário qualquer país pode ser afastado desse mercado.

Atenta para o papel do Estado na economia, pois para transformar a economia brasileira numa economia moderna torna-se necessário um Estado eficiente, que seja confiável, além de forte e democrático. O seu papel na economia continuará sendo determinante, mesmo numa economia liberal, o Estado ainda deve desempenhar o papel de coordenador da economia, por meio de políticas fiscais e monetárias. Salaria que mesmos os liberais moderados, admitem que é função do governo garantir o atendimento das necessidades básicas. (ALENCAR, 1996).

Dilemas na determinação do papel do Estado são inevitáveis, pois ao determinar políticas de salários e benefícios sociais, pode ser útil no curto prazo, mas, prejudicial no futuro, assim como a proteção de certo seguimento industrial pode trazer alegria aos empresários no curto prazo, pode, no entanto, no longo prazo pode destruí-la. Uma abertura externa mal estruturada pode também destruir uma empresa, embora essa

---

<sup>4</sup> Ó grifo é da autora.

abertura seja vital. Também uma ampla distribuição de renda pode gerar melhorias na qualidade de vida da população, no entanto, pode inibir o investimento, causando queda na produção no longo prazo, o que seria prejudicial a todos (ALENCAR, 1996, p.70).

Pode-se dizer que, dado o histórico da economia mundial nas últimas décadas, a importância da tecnologia e inovação para o desenvolvimento dos países, o avanço do neoliberalismo, o fortalecimento do capitalismo, o esgotamento do modelo de substituição de importações e as crises enfrentadas pelo Brasil, geradas principalmente por hiperinflação, aumento da taxa de juros internacional, dívida externa, a necessidade de empréstimos do sistema financeiro internacional, as exigências deste para que o país se adaptasse as regras neoliberais, problemas de obsolescência tecnológica, em fim, tudo levava a necessidade de um novo modelo que fosse capaz de conduzir a economia estabilização, à modernização, onde fossem priorizadas as inovações tecnológicas, a competição de mercado, a produtividade, em fim, uma mudança que pudesse inserir o Brasil na atual economia internacional moderna.

Avalia-se que, diante dos fatos apresentados, a Abertura Comercial parecia ser inevitável e até mesmo fundamental para a inserção econômica do país na economia mundial.

### 3 MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E SUA DINÂMICA<sup>5</sup>.

O mercado de trabalho é caracterizado basicamente, pela oferta e demanda de mão-de-obra, sendo a dinâmica deste, definida por meio da relação entre aqueles que estão em idade de trabalhar e aqueles que realmente trabalham, ou seja, existe a demanda potencial apta a trabalhar e a efetiva.

Para fins estatísticos foram estabelecidos alguns parâmetros, como a definição de População em Idade Ativa (PIA), nesta classificação estariam todos os que estão em idade de trabalhar,<sup>6</sup> os estudantes, os inválidos, pessoas que vivem de renda, os que efetivamente trabalham, que realizam atividades sem remuneração e os desempregados.

Dentro do grupo de pessoas que formam a PIA, considera-se como População Economicamente Ativa (PEA), apenas aqueles que exercem atividades familiares não-remuneradas dedicadas ao mercado e aquelas pessoas que exercem atividades remuneradas de modo geral - consideradas no conjunto, como Pessoas Ocupadas (PO) - e também os desempregados.

As pessoas são inseridas no mercado de trabalho em atividades que fazem parte do setor formal ou em atividades que fazem parte do setor informal. Numa economia capitalista, as atividades do setor formal referem-se a parte do mercado de trabalho onde a atividade econômica é definida pela lógica do capital, sendo na atividade capitalista que estão inseridos grande parcela de trabalhadores assalariados com carteira registrada.

As atividades do setor formal caracterizam-se pelo fato de que nelas os donos ou proprietários do negócio não necessariamente participam da produção, dependem do trabalho assalariado para o seu desenvolvimento, no entanto, são detentores dos meios de produção.

---

<sup>5</sup> REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. *Percepções do Mercado de Trabalho no Brasil*. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em 05 de jun. 2005.  
REVISTA ELETRÔNICA DE JORNALISMO CIENTÍFICO. *Trabalho*. Disponível em: <http://www.comciencia.br>. Acesso em 05 de jun. 2005.

PAES, R. C., *Um Estudo Sobre Empregos no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro:Guavira, 1978.

<sup>6</sup> No Brasil, as pesquisas feitas sobre mercado de trabalho considera as pessoas acima de dez anos de idade como fazendo parte da PIA.

As atividades do setor formal diferenciam-se das atividades do setor informal, basicamente, pelo fato de o dono do negócio estar necessariamente envolvido na produção e a presença do proprietário ser importante para a continuidade de suas atividades, não dependendo necessariamente de trabalho assalariado, isto significa que não há separação entre capital e trabalho.

O número de trabalhadores a serem contratados numa economia capitalista depende em grande parte da tecnologia utilizada e dos resultados de produção e vendas realizadas, sendo assim, considerando-se o conjunto, pode-se dizer que há um número definido de trabalhadores a serem contratados para realizarem determinada produção. No entanto, as atividades exercidas pelo setor informal, realizam a produção mais em função da possibilidade de aumentar as vendas e conseqüentemente a remuneração, havendo facilidade de entrada de novos produtores .

### 3.1 HISTÓRICO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO, DOS ANOS 30 AOS ANOS 90. <sup>7</sup>

Pretende-se relatar de forma sucinta as principais mudanças ou transformações ocorridas no Brasil, que de modo geral tiveram fundamental importância para a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro.

Segundo, SALM, (1987), pode-se apontar como ponto de partida a intensificação e expansão do processo de industrialização, no país, a partir dos anos 30. O processo de implantação da indústria levou o Estado a tentar adequar suas políticas públicas às exigências deste, com intuito de promover condições políticas e econômicas à indústria nascente. O Estado assumiu a implantação da indústria de base (energia, siderurgia, metalurgia...), e também passou a garantir a proteção ao trabalhador, a fim de gerar ordem social.

---

<sup>7</sup>REVISTA ELETRÔNICA DE JORNALISMO CIENTÍFICO. **Trabalho**. Disponível em: <http://www.comciencia.br>. Acesso em 05 de jun. 2005.

A criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), da justiça do trabalho, a definição dos sindicatos gerando possibilidade de ação política, a instituição de um salário mínimo, o sistema previdenciário, são alguns dos exemplos que podem ser citados como ação do Estado no sentido de gerar proteção ao trabalhador e com isso estabelecer ordem social.

Para que a implantação e continuidade da indústria tivesse o êxito esperado havia a necessidade de trabalhadores especializados, tal especialização se deu com a criação de escolas técnicas públicas e privadas, nas quais se formavam os quadros de níveis médios nas empresas.

Na década de 50 observa-se um rápido processo de industrialização, o qual afetou intensamente a estrutura da força de trabalho no Brasil. Nesse período foi possível a existência do pleno emprego, pois, a construção das indústrias de base, de infra-estrutura, necessitava não apenas de mão-de-obra qualificada, mas também de mão-de-obra chamada chão de fábrica, o que favoreceu em grande parte as migrações de trabalhadores rurais para as cidades em busca de melhores salários.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de São Paulo (SINTEIN/SP) após o processo de industrialização vivido pelo Brasil, (depois da segunda guerra mundial), ocorre uma significativa mudança no perfil da sociedade e dos trabalhadores no Brasil. O principal reflexo dessa mudança, são as grandes migrações de pessoas que viviam e trabalhavam no setor rural, e passam a ir em direção das cidades em busca de empregos nas indústrias e conseqüentemente uma melhor condição de vida, essa migração ocorria sempre em direção às metrópoles que surgiam, principalmente no eixo SãoPaulo/Rio de Janeiro/Belo Horizonte.

Para se ter uma idéia mais precisa da extensão em que ocorreu a migração do campo para as cidades, o SINTEIN, apresenta alguns números, mostrando que nos anos 50, 70% da população vivia no campo e 30% nas cidades, depois de aproximadamente vinte anos de industrialização, esses números alteraram-se de forma espantosa, ou seja, eles se inverteram, passando a viver na região urbana 70% da população e apenas 30% na região rural.

Salientam que nesse período, houve crescimento econômico e um acelerado desenvolvimento, portanto, a mão-de-obra migrante encontrava trabalho, pois a economia vivia seu momento de pleno emprego, não apenas o setor privado empregava como também e principalmente o setor público, com a existência de estado-empresa que favorecia a criação de milhares de postos de trabalho no setor público.

A expectativa vivida no período era a de que o crescimento econômico do país seria cada vez maior e duradouro, e que os trabalhadores teriam condições de crescimento e ascensão social, tanto para si, como para seus familiares.

Durante esse período, passam a surgir, os chamados vendedores ambulantes, que encontravam demanda para seus produtos junto a essa população de trabalhadores empregados, os ambulantes tinham bons lucros com suas vendas e eram em sua maioria formados por pessoas oriundas do nordeste do Brasil e negros.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento, (II PND), em 1975, teve como uma de suas políticas a criação do Sistema Nacional de Emprego, de acordo com as solicitações Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O modelo de crescimento da economia brasileira, nos anos 70, apoiava-se basicamente nas condições de desenvolvimento externo, utilizando-se especialmente de poupança externa. Por ser o fator trabalho abundante e o fator capital escasso a base produtiva assentava-se em tecnologias poupadoras de mão-de-obra. Ao utilizar esse tipo de tecnologia para conseguir crescimento econômico acaba por gerar um mercado de trabalho heterogêneo, onde boa parte dos trabalhadores encontrava na “auto-ocupação” a única maneira de se inserir no mercado de trabalho de forma produtiva.

Outra importante colocação é a onda de inovação tecnológica que tomou conta do mundo a partir da década de 70 e 80, em especial nos setores de microeletrônica e informática, provocando grandes mudanças no setor industrial, favorecendo, principalmente as grandes corporações, que passaram a utilizar-se da automatização e da robotização nas linhas de produção.

As inovações tecnológicas transformaram o mercado de trabalho, pois dinamizou, não apenas o setor industrial, mas também o setor de serviços, pois, na

medida em que, as empresas investem em novas tecnologias, reduz os custos com mão-de-obra e conseqüentemente elimina muitos postos de trabalho, gerando desemprego.

Percebe-se que o avanço tecnológico tornou-se ainda mais problemático, no que tange a questão do desemprego, a partir dos anos 90, como sugere o IBGE<sup>8</sup>:

O avanço da tecnologia é apontado como o principal motivo da eliminação de postos de trabalho na indústria. As novas tecnologias de informática e de comunicação provocaram o desaparecimento de várias categorias de ocupação. O setor de serviços que absorvia a mão-de-obra liberada na indústria também está sendo invadido por novas tecnologias e, por isso, não consegue gerar postos de trabalho em quantidade suficientes para impedir o crescimento do desemprego. O argumento é de que as organizações, em busca de maior competitividade, fizeram a reestruturação administrativa e introduziram novas técnicas de racionalização do trabalho que geraram maior produtividade, maiores lucros e mais desemprego. O trabalho autônomo expandiu-se enormemente nos anos 90, quando comparado à década anterior. A qualidade desse trabalho é outro ponto de questionamento dos estudiosos do assunto.

### 3.2 MERCADO DE TRABALHO FORMAL

Quando se fala em mercado de trabalho formal, torna-se importante entender seu funcionamento e sua distinção, isto é, o que caracteriza o trabalho formal e o que o torna diferenciado de outros tipos de mercado de trabalho.

Segundo CAMARGO (1996), a idéia de mercado de trabalho formal no Brasil, está diretamente ligada ao fato de um empregado estar vinculado ao empregador por meio de um contrato, tendo como principal instrumento de regulação, das relações entre capital e trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O contrato pode se dar por meio de contratos individuais ou coletivos, nos quais deve constar qual salário o empregador pagará ao seu empregado, quais as condições de trabalho, qual a jornada de trabalho, entre outras coisas.

---

<sup>8</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Educação e trabalho. Disponível em : [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 05 de jun de 2005.

Salienta que, a não existência de um contrato de trabalho entre empregado e empregador é ilegal, mas reconhece que é difícil fazer com que essa lei funcione de maneira eficaz.

Aponta que, ao mesmo tempo em que as firmas devem fazer contratos de trabalho, devem também assinar um contrato coletivo com os sindicatos de seus trabalhadores, estes são negociados anualmente estipulando padrões mínimos para os trabalhadores que são representados pelos sindicatos. Já os contratos individuais podem somente determinar melhores condições, no tange às questões de salários, condições de trabalho, redução de jornada de trabalho, etc, do que aquelas apresentadas nos contratos coletivos e estipuladas por lei. Chama a atenção para o fato de que se um trabalhador não tem um contrato individual, não será protegido, nem mesmo por contratos coletivos.

Segundo, CAMARGO (1996), a lei determina que todos os trabalhadores devem ter uma carteira onde deverão constar todos os contratos individuais de trabalho, assim como as eventuais modificações que venham a ocorrer no tempo, sendo a obrigação de tais registros serem feitas pelo empregador. Caso o empregador não faça o registro do contrato ele pode ser penalizado legalmente, seja por meio de processo movido por parte do empregado ou sindicato.

CAMARGO (1996), aborda uma outra característica muito importante no que se refere ao trabalho formal, são as condições mínimas que qualquer emprego deve ter, como por exemplo, um limite máximo de horas trabalhadas por semana; um limite máximo de horas extras e um pagamento mínimo dessas horas; a estipulação de um salário mínimo; férias anuais as quais devem ser pagas antecipadamente; proteção especial para mulheres e crianças; proibição de demissão de mulher grávida, férias pagas às mulheres antes e após o parto; condições especiais quando o trabalho é realizado em período noturno, aviso prévio de demissão de um mês; proteção contra demissão sem justa causa; segurança no trabalho incluindo regras especiais para ocupações especiais; o décimo terceiro salário; salário-família, o seguro desemprego e o direito a licença paternidade de cinco dias, após o parto.

CAMARGO (1996), chama a atenção também para as mudanças introduzidas na lei com a Constituição de 1988, a partir da qual foi reduzido o tempo máximo de trabalho semanal, passando de 48 horas semanais para 44 horas, sendo estipulado um máximo de duas horas extras de trabalho por dia, assim como houve também mudanças no pagamento mínimo das horas extras as quais antes da nova Constituição eram pagas com um bônus de 20% acima do salário normal passando a ser pago 50% acima do salário normal, a licença maternidade passou de três meses para quatro meses, entre outros. Houve também a introdução de duas novas cláusulas, a serem aprovadas pelo Congresso, que se referia à participação nos lucros e uma mudança no aviso prévio de demissão de um mês para uma regra proporcional à antiguidade do trabalhador na empresa.

CAMARGO (1996), relata que o mercado de trabalho brasileiro é formado por basicamente por quatro instituições: a CLT, o FGTS, o seguro-desemprego e a Previdência social. Ressalta que tais instituições, pelo menos em sua maioria, foram criadas para proteger os trabalhadores, sendo a CLT criada para proteger os trabalhadores da excessiva exploração dos empresários, o seguro-desemprego, da possível perda do emprego, a Previdência Social, da incapacidade de um trabalhador sustentar-se na velhice.

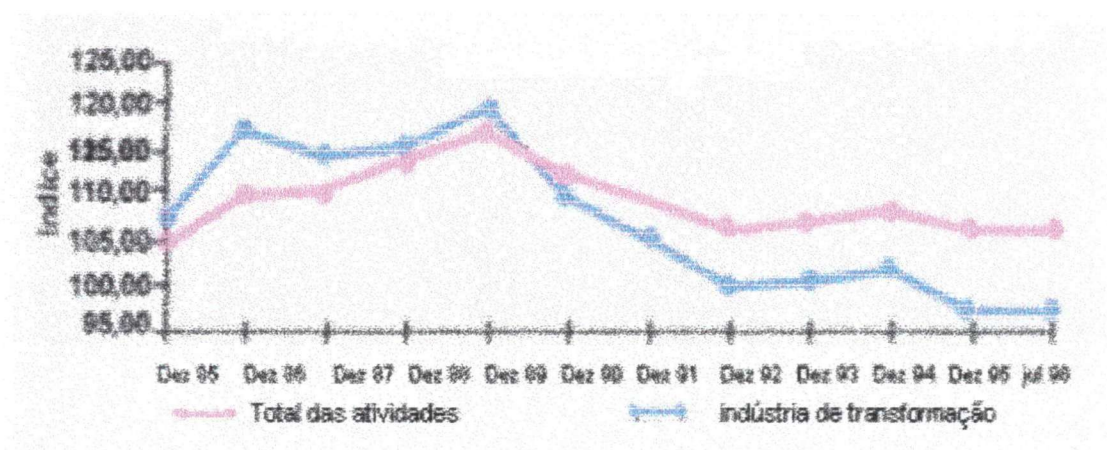
Em resumo à idéia do que seria o mercado de trabalho formal, pode-se utilizar a definição do Ministério do Trabalho (MT), segundo o qual diz fazer parte do setor formal do mercado de trabalho, os trabalhadores contratados por contratos de trabalho regidos pela CLT, mediante registro em carteira de trabalho, e os trabalhadores ou servidores públicos em regime estatutário.

O mercado de trabalho formal vem sofrendo transformações, devido em parte, às mudanças na geração de emprego, as quais podem ser observadas no gráfico 1, percebe-se que houve declínio tanto no total das atividades, quanto na indústria de transformação, o que naturalmente gera desemprego, uma vez que, com esses declínios há uma redução de oferta de trabalho.

É importante observar, que, principalmente a partir de 1990, houve uma redução importante dos empregos formais, apresentando leve recuperação em 1994,

provavelmente pelo sucesso do plano real, mas voltando a declinar nos anos seguintes.

GRÁFICO - EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL  
(BASE DEZ/84 = 100)



FONTES: CANGED / MTB

Existe a idéia de que a problemática que envolve a retração do mercado de trabalho formal no Brasil esteja fortemente ligada às mudanças ocorridas no país no fim dos anos 80 e início dos anos 90, o avanço das idéias neoliberais, mais especificamente a abertura comercial, a maneira como ela foi implementada, sem preparar a indústria nacional para a concorrência assim como benefícios fiscais às empresas estrangeiras, podem ter refletido de forma negativa a formação de emprego no país.

POCHMANN (2001), é taxativo ao relatar os efeitos negativos que a abertura comercial nos anos 90, trouxe para o mercado de trabalho brasileiro:

Mas, considerando-se exclusivamente o movimento de liberalização comercial e de internacionalização da economia brasileira nos anos 1990, podem-se perceber seus efeitos negativos sobre o trabalho. Em relação ao emprego formal no setor industrial, nota-se que entre

1990 e 1998, ocorreram cerca de 1,2 milhão de demissões influenciadas pela ampliação do grau de exposição externa do parque produtivo nacional. (POCHMANN, 2001, pg. 49)

Diante dos fatos apresentados, conclui-se que o mercado de trabalho brasileiro é fortemente protegido pelo Estado, provavelmente devido a possíveis conflitos entre empregados e empregadores. A quantidade de regras e leis criadas ao longo do tempo parece fortalecer essa idéia.

Entende-se que a criação da CLT, do FGTS, Seguro Desemprego e da Previdência Social, tem suas origens em necessidades reais dos trabalhadores, isto é, estas instituições foram criadas para regulamentar e proteger o trabalhador de algo real, que os afetava seriamente.

As mudanças no mercado de trabalho formal brasileiro, se deve a vários fatores, desde recessões econômicas às mudanças de paradigmas, tanto políticos como tecnológicos.

### 3.3 MERCADO DE TRABALHO INFORMAL

Sabe-se que numa sociedade capitalista, simplificada, que o trabalho é fonte fundamental de renda, ou seja, é através do trabalho que existe a possibilidade de se possuir renda e com ela adquirir meios de subsistência e satisfazer outras necessidades materiais.

Independente do fato de existir ou não, trabalho formal para todos os que dele necessitam, os indivíduos têm necessidades que precisam ser satisfeitas, por isso, de uma maneira ou de outra eles buscarão satisfazer suas necessidades. Na falta de um emprego formal, isto é, com registro em carteira, buscarão adquirir a renda necessária para sua sobrevivência por meio do trabalho informal.

Conforme, FUENTES (1997), pode-se definir setor informal como sendo uma alternativa de emprego, principalmente nos períodos de crise.

Aponta o Relatório da Organização do Trabalho (OIT), como pioneiro na abordagem rigorosa sobre a questão da informalidade. Em síntese, relata que estudos<sup>9</sup> feitos pela OIT, revelaram que uma parcela da população, onde os indivíduos eram sem qualificação e analfabetos, se viam obrigados a realizar qualquer tipo de trabalho por não encontrarem espaço nas atividades convencionais.

Salienta que o mencionado Relatório, identificou novas formas de produção, diferenciado das formas tradicionais, recebendo o nome de atividades informais.

FUENTES (1997 apud HART 1973:68), dizendo que este define, que a existência de trabalho assalariado e autônomo, é a principal diferenciação entre os setores formal informal.

Esse tipo de análise levou a conclusão de que há dois tipos de sistema produtivo, coexistindo atividades realizadas pelo setor formal e também pelo setor informal. No entanto, a visão prevalecente é de que esses dois setores existem dentro de uma estrutura econômica e complexa. A idéia é que existe um setor informal articulado com o setor formal, porém o primeiro está subordinado ao segundo.

Segundo, FUENTES(1997), a coexistência entre esses dois setores, leva a necessidade de um planejamento por parte do governo, no intuito de diminuir a diferenças entre esses setores.

Uma vez, sucintamente, definido o que vem a ser o setor informal, torna-se importante salientar como o mercado de trabalho informal vem se comportando, principalmente no fim dos anos 80 e início dos anos 90.

Conforme publicado pelo IBGE, pode-se dizer que o mercado de trabalho brasileiro sofreu importantes mudanças nos anos 90, os principais fatos ocorridos que ocasionaram essas mudanças foram, recessão econômica vivida pelo país no período de 1990/92, a abertura comercial, os ajustes feitos pelo setor privado com intuito de melhorar a competitividade, planos de estabilização e privatização, todos esses fatores tiveram grandes influencia sobre os indivíduos, principalmente no que tange a questão da ocupação ou desocupação, assim como os níveis de renda dos trabalhadores.

---

<sup>9</sup> Esse estudo foi desenvolvido por Hart (1973) para analisar especificamente o caso do Quênia.

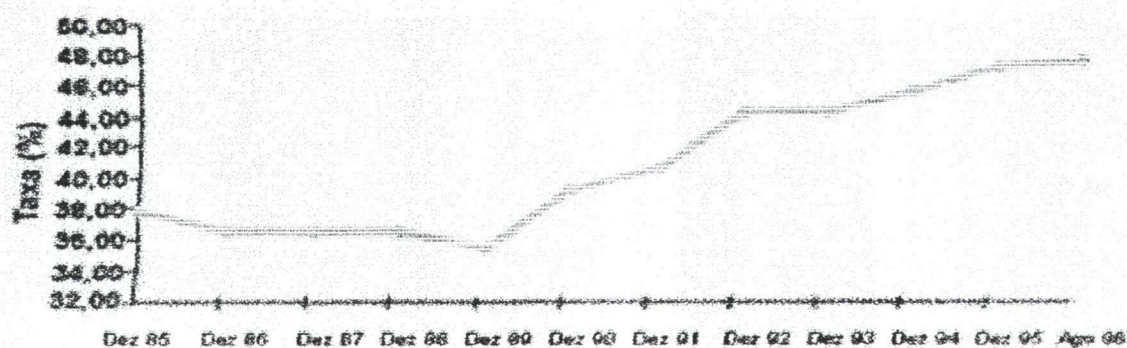
Segundo o IBGE, houve drástica redução do número de trabalhadores na indústria de transformação e, em contrapartida, um aumento significativo do número de trabalhadores nos setores de "prestação de serviços". Atenta para o fato de que o número de pessoas trabalhando com carteira assinada também reduziu, aumentando por sua vez, o número de trabalhadores sem carteira assinada ou por conta própria, (conforme mostram os gráficos 1 e 2).

O IBGE, realizou uma pesquisa nas principais áreas metropolitanas, sendo elas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, para avaliar como vem evoluindo o grau de informalização das pessoas ocupadas<sup>10</sup> nessas áreas.

O gráfico 2, indica claramente que a partir do final do ano 1989, o grau de informalização teve um aumento substancial, pois em dezembro de 1989 o gráfico indica que a taxa percentual de informalização estava abaixo 36%, tendo sucessivos aumentos e chegando a um pouco mais de 48% em meados de 1996.

Sabe-se que Abertura Comercial teve seu início em 1989 com o governo Collor, e que a partir dos anos 90 observou-se constante elevação das taxas de informalidade nas principais áreas metropolitanas do país.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIZAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NAS PRINCIPAIS ÁREAS METROPOLITANAS DO BRASIL (RE, SA, BH, RJ, SP, POA).



FONTE: IBGE

<sup>10</sup> No Brasil considera-se pessoas ocupadas, aquelas maiores de 10 anos de idade que participam do mercado de trabalho como ocupados ou procurando emprego.

#### **4 A ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL, NOS ANOS 90, E AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.**

Sabe-se que após a reforma política realizada no **Brasil** nos anos 80, e com a constatação de que o modelo desenvolvimentista, que vinha sendo utilizado desde os anos 50, embora tivesse avançado de maneira eficiente a industrialização no país, não estava promovendo o crescimento econômico esperado. Diante disso, tal modelo passa a ser questionado surgindo a necessidade de um novo paradigma, isto é, de um novo modelo que pudesse proporcionar ao país o retorno ao crescimento econômico.

As reformas neoliberais ocorridas na Inglaterra, conduzidas por **Margareth Thatcher**; nos **Estados Unidos**, pelo presidente **Reagan**, assim como as reformas econômicas ocorridas no **Chile** e na **Rússia**, todas dentro da mesma ideologia neoliberal, buscando, principalmente sair de crises econômicas, passaram a influenciar outros países, levando-os a acreditar que deveriam também realizar tais reformas em busca de solução para suas crises econômicas.

O **Brasil**, por sua vez, também sofria com problemas sérios, principalmente com a crise da dívida e inflação. Precisa crescer, sair da estagnação em que se encontrava, praticamente durante toda a década de 80, tornava cada vez mais evidente que o país precisava passar por uma reforma econômica.

As idéias que tomaram o país, foram as vigentes no período, isto é, era necessário implementar uma reforma econômica que levasse ao crescimento, mas para isso, o país precisaria abrir sua economia, ou seja, realizar tanto a abertura comercial como a financeira, diminuir a intervenção do Estado, entre outras.

O Estado era considerado ineficiente para gerir as empresas estatais existentes, o setor privado deveria tomar conta da administração das empresas, reduzindo assim, a intervenção do Estado na economia. A idéia por trás disso era a de que por meio da privatização seria possível reduzir o endividamento público e aumentar o gasto social, ficando a cargo do setor privado comandar a expansão econômica.

Outro fator importante, é que existia a idéia de que a Abertura Comercial iria favorecer a modernização do parque produtivo, uma vez que este se encontrava atrasado e em muitos casos até obsoleto, tal modernização traria a redução do desemprego.

Segundo MONTAGNER e BRANDÃO (1994), a partir dos anos 90 passaram a surgir novas alterações no mercado de trabalho, como o aumento do desemprego - não apenas da mão-de-obra sem qualificação mas atingindo também a mão-de-obra qualificada; uma forte queda do emprego industrial o qual estava associado à recessão e ao processo de racionalização produtiva; redução do trabalho formal, isto é, do emprego com carteira registrada, e também queda dos rendimentos, sendo estas as principais mudanças no mercado de trabalho brasileiro no período.

STAUB<sup>11</sup>, expõe que abertura comercial aliada ao fato de que ela ocorreu em um ambiente macroeconômico desfavorável, principalmente em relação à taxa de cambio e taxas de juros, levou o setor empresarial privado a agir rápido, por meio de redução de custos e aumento significativo da produtividade, para poder acompanhar o aumento da concorrência ao qual foram expostos. Passou a ser implementado em todo o segmento industrial programas que visavam o aumento da produtividade e da qualidade dos produtos. Algumas empresas conseguiram aumentar significativamente sua produtividade conseguindo assim sobreviver no cenário econômico em que se encontravam, no entanto, outras empresas não conseguiram ajustar-se acabando por encerrar suas atividades.

Segundo STAUB, não se pode negar que esse ajuste obteve êxito, mas também apresentou resultados negativos, uma vez que gerou desemprego ao reduzir a atividade industrial no país e também em decorrência da desestruturação de alguns setores industriais.

---

<sup>11</sup> STAUB, E. **Desafios estratégicos em ciência, tecnologia e inovação**. Disponível em <http://www.mct.gov.br/CEE/revista/parcerias>. Acesso em: 28/08/05

#### 4.1 AS PRIVATIZAÇÕES E O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.

Segundo POCHMANN (2001), o programa de privatizações ganhou força a partir do Consenso de Washington, no fim dos anos 80, período em que as teses neoliberais tornaram-se hegemônicas na América Latina.

Aponta que foram seguidos três objetivos básicos, ao transferir parte importante dos ativos do setor público para o setor privado. O primeiro associava-se a formação de um novo modelo econômico, onde o Estado teria um papel mínimo na atividade econômica, ficando ao setor privado a responsabilidade de exercer o papel de “carro-chefe da dinâmica econômica”. O segundo objetivo, visava dar ao Estado o papel de regulador da concorrência privada, sendo sua participação fortemente voltada para as áreas sociais. Diante disso, segundo POCHMANN (2001), o tamanho do Estado na economia foi reduzido diante das reformas, tanto administrativa, previdenciária e tributaria. O terceiro e último objetivo, apontado por ele, esteve representado como parte de uma estratégia de combate à inflação.

No que diz respeito ao Brasil, pode-se apontar como variável importante no tange as transformações no mercado de trabalho brasileiro nos anos 90, o processo de privatizações que ocorreram nessa época.

Seguindo o novo modelo econômico adotado pelo país no fim dos anos 80 e início dos anos 90, o processo de privatizações de estatais passou a se intensificar, a política de privatização estava totalmente voltada para o mercado. A exemplo de outros países, a reforma tinha por objetivo diminuir a intervenção do Estado na economia.

Conforme, LOURENÇO NETO A idéia principal era a de que as privatizações eram necessárias, na medida em que o país estava buscando aumentar sua competitividade e eficiência em termos econômicos. Segundo o ideário neoliberal, o Estado não tem a competência e a capacidade necessária para bem administrar empresas, principalmente quando esse Estado é acometido por diversas crises fiscais. Sendo assim, essa seria mais uma justificativa para a realização das privatizações das empresas estatais.

LOURENÇO NETO, em seu artigo, adverte no entanto, que tais justificativas não explicam as privatizações de empresas rentáveis, como é o caso da Vale do Rio Doce, ou de empresas de outros setores, como o petroquímico, telefônico e siderúrgico, que embora rentáveis foram privatizadas.

Alerta que ao se privatizar uma empresa rentável o efeito sobre a dívida pública é apenas paliativo, pois a entrada desse tipo de capital tem como contra partida a perda de um patrimônio.

LOURENÇO NETO, (apud LIMA 1997), que diz, que o principal argumento a favor da empresa privada deve-se ao fato de que o proprietário é diretamente afetado por lucros ou prejuízos, sendo assim, sente-se motivado para controlar a ação dos agentes.

Critica a política de privatizações realizadas no Brasil, argumentando que esta não levou em conta a tendência de concentração empresarial nos setores privatizados, gerando a substituição de um monopólio estatal por outro monopólio ou quase monopólio privado, situação que não traz nenhum ganho de eficiência no longo prazo.

Aponta que as conseqüências desse tipo de problemas já estão sendo levadas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), desde o começo dos anos 90.

ARAÚJO<sup>12</sup>, trata em seu artigo, a questão da privatização do setor de telecomunicações, que segundo ela, era um setor em “franco desenvolvimento”, e que em meados da década de 90 foi privatizado. Explica que as empresas desse setor operavam em regime de monopólio estatal desde os anos 60. salienta que o monopólio estatal desse setor era comprovadamente eficiente.

No entanto, o principal que se pretende abordar é buscar entender como ficaram as relações de trabalho nesse setor.

---

<sup>12</sup> Silvia Maria P. de Araújo. A Ação Sindical no Contexto Político da Privatização das Telecomunicações no Brasil. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119100.htm> . Acesso em: 31/07/05.

Além da introdução de novos padrões na organização do trabalho pelas empresas privadas, o maior problema enfrentado pelo Sinttel tem sido o desemprego e o subemprego. As mudanças organizacionais exigiram um ação mais defensiva e maior respaldo jurídico-institucional da parte dos sindicatos, pois com o processo de modernização das empresas, que se efetivou com a privatização em junho de 1998, houve uma quebra na garantia do emprego, no trabalho previsível e adaptável a situações de transferência de tecnologia, na estabilidade relativa das relações de trabalho... ( ARAUJO, 2001)

Segundo, POCHMANN,(2001), o Brasil adotou, nos anos 90, um modelo econômico muito diferente do vivido em décadas passadas, o qual tinha por prioridade a defesa da produção e do emprego nacional. Esse novo modelo adotado favorece a integração e promoção nacional em função da economia mundial.

No que tange a questão do trabalho no Brasil, POCHMANN, (2001), diz que a partir dos anos 90, houve um significativo aumento do desemprego, e uma redução também significativa, do rendimento do trabalho, alcançando uma das mais baixas participações na renda nacional.

Salienta que, houve nos anos 90, uma intensa modificação do setor estatal do país que acabou por reduzir nível de emprego além de alterar o perfil ocupacional.

Aponta dados para fortalecer sua afirmação:

Considerando-se o conjunto das empresas que conformam o setor estatal, nota-se que em 1999 o volume de emprego encontrava-se abaixo do de 1979 em cerca de 300 mil postos de trabalho e de 546 mil vagas em relação ao ano de 1989. (POCHMANN,p.30, 2001).

Segundo ele, as privatizações de estatais foram responsáveis pelo aumento do desemprego, tornado os trabalhadores do setor público na principal variável de ajuste do Estado no Brasil nos anos 90.

POCHMANN (2001), diz que a redução do emprego estatal nos anos 90, que foi de 43,9%, não ocorreu de maneira homogênea, sendo os empregos masculinos os mais atingidos se comparados com os empregos femininos. Aponta que os empregados mais jovens foram os mais atingidos, quando se analisam os segmentos ocupacionais, pois, eles foram os mais atingidos pelo processo de privatização.

Entre 1989 e 1999, o emprego de jovem no setor estatal foi reduzido em 73,4%. O segmento etário de 25 a 49 anos foi atingido de maneira menos intensa, ainda que quase 39% dos empregados tenham perdido emprego no setor estatal... (POCHMANN,p.31, 2001).

POCHMANN (2001), salienta que o processo de privatização no Brasil não é algo que se iniciou nos anos 90, e sim que se intensificou muito nesse período.

Conforme mostra a Tabela 1, por ele elaborada, o número de empresas privatizadas nos anos 80 era de 38, passando a 166 empresas privatizadas nos anos 90.

Pode-se observar também, que ao se comparar os resultados dos anos anteriores aos anos 90, houve uma significativa queda dos empregos formais, evidenciando novamente a problemática do aumento do desemprego nos anos 90.

TABELA 1 – BRASIL: EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS PRIVATIZADAS E DO AJUSTE DO EMPREGO NO SETOR ESTATAL ENTRE 1979 E 1999.

Período	Empresas privadas	Receita em milhões de dólares	Transferência da dívida pública em milhões de dólares	Empregos formais envolvidos *
1979/84	20	274	16	146.980
1985/89	18	549	620	82.125
<b>Anos 80</b>	<b>38</b>	<b>823</b>	<b>636</b>	<b>229.105</b>
1990/92	44	15.128	2.664	-198.136
1993/94	35	17.320	3.752	-47.732
1995/99	84	42.008	11.660	-300.120
<b>Anos 90</b>	<b>166</b>	<b>74.456</b>	<b>18.076</b>	<b>-545.988</b>

FONTES: SEST, BNDES E MTE

\*Refere-se ao saldo líquido de empregos destruídos e criados no setor estatal resultante do efeito do conjunto das empresas privatizadas, fechadas e incorporadas.

Conforme se pode observar na Tabela 2, transformações importantes ocorreram também, no sentido de destruição e geração de emprego.

O número de ocupações destruídas é bem maior do que o número de ocupações criadas, o que favorece o aumento do desemprego, assim como as dificuldades de ajustes aos trabalhadores que tiveram suas funções extintas ou reduzidas.

Essa destruição e criação de ocupações, gera a necessidade de requalificação por parte da mão-de-obra, a qual nem sempre consegue ajustar-se com a rapidez exigida pelo mercado.

**TABELA 2 – EVOLUÇÃO DAS DEZ PRINCIPAIS OCUPAÇÕES PROFISSIONAIS DESTRUÍDAS E CRIADAS NO SETOR ESTATAL 1989-1999.**

Ocupações destruídas	Número	Ocupações criadas	Número
Auxiliar de escritório	-61.777	Carteiros e Mensageiros	6.693
Auxiliar de contabilidade	-17.981	Agentes Administrativos	5.095
Mestres na produção e serviços	-16.132	Gerentes financeiros e Comerciais	4.442
Ferroviários e maquinistas	-15.604	Gerentes administrativos	2.013
Instaladores e reparadores de telecomunicações	-15.155	Agente de vendas	1.398
condutores de caminhões e ônibus	-12.573	Analistas de ocupações	754
guarda de segurança	-10.692	Técnico em tributação	541
engenheiro elétrico	-7.528	Supervisor de vendas	405
operadores de produção de energia elétrica	-7.404	Vendedores de atacado e varejo	255
torneiro	-6.478	Técnicos de controle de produção	125
<b>Subtotal</b>	<b>-171.324</b>	<b>Subtotal</b>	<b>21.721</b>

FONTES: SEST, TEM, Vários anos. Elaboração POCHMANN ( 2001, P.33)

Segundo POCHMANN (2001), o trabalhador de baixo grau de instrução foi duramente afetado, aponta que os que possuíam até o 1º grau, a redução do emprego atingiu 72,3%, em contra partida, os postos de trabalho perdido pelos trabalhadores com nível universitário foi de menos de 10%.

Salienta que a educação transformou-se em novo critério de exclusão do acesso ao emprego, antes pertencente ao setor estatal. Aponta ainda, que a partir das privatizações de estatais passou a existir um maior grau de instabilidade nos contratos de trabalho.

Diante do exposto, pode-se concluir que a privatização de estatais afetou de maneira significativa o mercado de trabalho, trazendo consigo mudanças importantes, desde a necessidade de um novo paradigma tecnológico como também a existência de um novo padrão de organização do trabalho, uma vez instaladas essas mudanças não há como evitar seus reflexos no mundo do trabalho.

No entanto, a questão que se torna relevante é refletir sobre o papel da abertura comercial no que tange ao aumento das privatizações e conseqüentemente às mudanças no mercado de trabalho nos anos 90.

Pode-se dizer que o aumento das privatizações ocorridas nos anos 90 geraram importantes mudanças no mercado de trabalho nesse período.

Observa-se que houve um aumento significativo do número de empresas multinacionais que passaram a compor o setor privado no período, as quais provavelmente, não teriam se instalado no país, se a abertura comercial não tivesse ocorrido. Mas vale observar que a abertura comercial foi um dos vários fatores que possibilitaram o aumento das privatizações no Brasil. Esse aumento parece estar mais intimamente ligado ao conjunto das idéias neoliberais, muito utilizadas no mundo nos anos 90, as quais defendiam a intervenção mínima do Estado na economia, e que o setor privado deveria tomar conta da administração das empresas públicas. No entanto, não se pode negar que se o país não tivesse aberto sua economia, provavelmente não haveria espaço para tantas mudanças, mas o ideário neoliberal tido como novo paradigma de modelo econômico nos anos 90, não poderia ser implementado apenas

utilizando parte do “pacote”, sendo assim, a abertura comercial era apenas um item que compunha o novo modelo econômico apresentado.

Não se pode negar que o processo de abertura, não apenas a abertura comercial mas também a financeira, deu início a uma série de mudanças, como a existência de um movimento de fusões e aquisições entre as empresas nacionais e estrangeiras, como pode ser verificado na tabela 3, onde se observa um aumento significativo das fusões no decorrer dos anos 90. As empresas nacionais foram obrigadas a reestruturar-se para manterem-se no mercado.

TABELA 3 – NÚMERO DE TRANSAÇÕES DE FUSÕES E AQUISIÇÕES ENTRE 1992 E 1998, POR SETOR DE ATIVIDADE.

Principais setores	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Total
Alimentos, Bebidas e Fumo	12	28	21	24	38	49	36	208
Financeiro	4	8	15	20	31	36	28	142
Químico e Petroquímico	4	18	14	13	18	22	25	114
Metalurgia e Siderurgia	11	13	11	9	17	18	23	102
Elétrico e Eletrônico	2	7	5	14	15	19	9	71
Telecomunicações	1	7	5	8	5	14	31	71
Outros	24	69	104	124	204	209	193	938
<b>Total das Fusões</b>	<b>58</b>	<b>150</b>	<b>175</b>	<b>212</b>	<b>328</b>	<b>372</b>	<b>351</b>	<b>1.646</b>

Fonte: KPMG, apud Faveret (1999).

Em fim, deu-se início a uma nova maneira de conduzir a economia brasileira, mais focada ao mercado, onde a competitividade é conquistada a partir da capacidade das empresas em inovar tanto em processos de produção como em produtos.

A busca por eficiência por parte das empresas leva quase que naturalmente às mudanças no mercado de trabalho, uma vez que exigisse um novo perfil para a mão-de-obra, quase não havendo lugar para a falta de qualificação.

O que se observa é que todas essas mudanças foram muito rápidas, não tornando possível ao trabalhador ou até mesmo aos produtores e empresários acostumados à falta de competição, ajustarem-se na mesma velocidade em que as mudanças surgiram

#### 4.1.1 Mudanças no Emprego Industrial no Brasil nos Anos 90.

Conforme LEITE (1997), a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) lançada em meados de 90, pelo governo Collor passou a ser considerada como um marco do novo modelo industrial do país. Diante disso, a indústria nacional passou a ser confrontada, já no início dos anos 90, com uma política industrial que mesmo em fase inicial trazia grandes ameaças, pois o início de uma nova política industrial significava o fim do protecionismo, a abertura de fronteiras.

Pode-se dizer que uma vez ocorridas mudanças no setor industrial, os efeitos gerados por elas afetam de maneira direta os empregados do setor.

No entanto, é interessante refletir sobre o que diz CANO em relação à nova política industrial:

No que diz respeito à questão da política industrial, gostaria de deixar bem claro minha opinião: a possibilidade de fazer alguma política industrial nesse modelo é mínima, dado que ela não permite o adequado manejo do câmbio, do imposto, da tarifa, dos juros e do crédito, instrumentos fundamentais para o exercício de uma política econômica industrial. (CANO, 1999, p.44).

Segundo CACCIAMALI e BEZERRA (1997), os processos de abertura econômica, a nova maneira de organizar o trabalho, o novo paradigma tecnológico contribuíram muito para que ocorressem importantes mudanças no mercado de trabalho no Brasil nos anos 90. Relatam que de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) realizada pelo IBGE, no período de 1990 e 1995 a indústria brasileira um pouco mais de um quarto do pessoal ocupado e também houve redução das horas pagas na produção.

Para melhor exemplificar, mostram que no período de 1985 a 1991, nas seis maiores regiões metropolitanas do Brasil, o emprego industrial médio foi de 25%, passando no período entre 1991 e 1995 a representar apenas 20%. Observam que as regiões afetadas mais diretamente foram as áreas mais industrializadas do país.

Importante observação é feita por CACCIAMALI e BEZERRA (1997), ao dizerem que a redução do emprego industrial contribuiu de maneira significativa para as mudanças de cunho qualitativo que ocorreram no mercado de trabalho metropolitano, pois são os empregos do setor industrial que têm por característica principal o fato de oferecerem aos trabalhadores vínculos empregatícios de maneira formal, isto é, com carteira assinada, gerando vínculos legais trabalhistas, e é nesse setor que se observa a existência de maior estabilidade e melhor remuneração, assim como melhores condições gerais de trabalho.

Diante das mudanças nesse setor observa-se uma redução do número de carteiras assinadas, conforme aponta CACCIAMALI e BEZERRA:

Nesse sentido, observa-se que entre 1985-1990 e 1991-1995, o percentual de empregados com carteiras assinadas decresceu oito pontos percentuais no total das seis regiões, sendo que essa diminuição se mostrou bastante elevada em todas elas: Rio de Janeiro (8,73), São Paulo (9,0), Porto Alegre (7,23), Belo Horizonte (7,29), Recife (7,19) e Salvador (7,19). (CACCIAMALI e BEZERRA, 1997, p.16).

Em São Paulo a diminuição do emprego industrial atingiu 7,3 pontos percentuais no período, ao passo que em Porto Alegre, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e no Recife a redução foi de 3,2, 3,43, 2,66, e 2,14 pontos percentuais, respectivamente. (CACCIAMALI e BEZERRA, 1997, p. 15 e 16).

A tabela 4, apresenta como evoluíram os indicadores de crescimento econômico e desemprego e as mudanças no decorrer dos anos 90, no que se refere aos setores formal e informal do mercado de trabalho.

**TABELA 4 – CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESEMPREGO E MUDANÇAS NO EMPREGO FORMAL E INFORMAL NO BRASIL – 1990-98.**

INDICADORES	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
<b>PIB</b>	<b>-4,7</b>	<b>0,1</b>	<b>-1,1</b>	<b>4,5</b>	<b>5,8</b>	<b>3,9</b>	<b>3,1</b>	<b>3,5</b>	<b>2,8</b>
<b>Desemprego</b>	<b>4,3</b>	<b>4,8</b>	<b>4,9</b>	<b>5,4</b>	<b>5,1</b>	<b>4,6</b>	<b>5,4</b>	<b>5,7</b>	<b>8,5</b>
<b>Aberto(nacional)</b>									
Rio de janeiro	3,5	3,6	3,4	4,1	4,1	3,4	3,8	3,8	5,7
São Paulo	4,6	5,5	5,4	5,8	5,4	5,2	6,7	6,7	8,8
Belo horizonte	4,1	4,1	4,1	4,5	4,2	3,8	5,2	5,2	7,4
Porto alegre	3,7	4,4	4,0	4,1	4,1	4,4	5,8	5,8	7,5
Salvador	5,4	5,7	5,6	6,6	7,0	6,8	8,0	8,0	9,5
Recife	5,7	5,9	7,1	8,9	6,8	5,6	6,1	6,1	8,9
<b>Desemprego segmentado</b>									
Homens	-	4,8	5,7	5,1	4,8	4,6	5,3	5,5	7,9
Mulheres	-	4,9	6,2	5,6	5,3	4,9	6,5	6,3	9,3
Jovens entre 15 e 17 anos	-	11,6	14,4	12,2	11,9	11,0	13,0	14,3	18,8
Jovens entre 18 e 24 anos	-	9,1	11,2	10,3	9,6	9,3	10,5	11,4	14,3
<b>Setor formal</b>	<b>48,0</b>	<b>46,8</b>	<b>45,7</b>	<b>44,5</b>	<b>43,5</b>	<b>42,4</b>	<b>40,7</b>	<b>39,6</b>	<b>-</b>
Setor público	11,0	10,7	10,4	9,7	9,7	9,6	9,6	9,3	-
Empresas privadas	36,9	36,1	35,2	34,8	33,8	32,8	31,1	30,3	-
<b>Setor informal</b>	<b>52,0</b>	<b>53,2</b>	<b>54,3</b>	<b>55,5</b>	<b>56,5</b>	<b>57,6</b>	<b>59,3</b>	<b>60,4</b>	<b>-</b>
Conta própria	21,0	21,7	22,5	21,9	22,4	23,0	23,8	24,3	-
Serviço doméstico	7,7	7,7	7,8	8,9	9,2	9,4	9,5	9,8	-
Sem carteira	23,3	23,8	24,0	24,7	25,0	25,2	26,0	26,3	-

FONTES: OIT (1998a e 1998c); IBGE (1998).

Segundo MOTIM (2002), o mercado de trabalho no Brasil, nos anos 90, demonstrou uma tendência à redução de postos de trabalho formal, ao mesmo tempo, uma expansão do trabalho informal, seja por autônomos ou pequenos empreendimentos.

Aponta a existência, nesse período, de uma significativa reestruturação no mercado, levando à flexibilização dos contratos de trabalho, por meio da utilização de trabalho temporário, em tempo parcial ou até mesmo subcontratado.

Segundo STAUB, a geração e incorporação de inovações é o que move a economia contemporânea, pois é por meio das inovações que as empresas e países tornam-se mais competitivas.

Conforme, MOTTIM (2002), as inovações tecnológicas favoreceram a redução dos níveis de emprego, não sendo no entanto, justificativa suficiente para as mudanças ocorridas no mercado de trabalho:

Deve-se considerar também, a abertura do país às importações, o que dificultou a expansão do setor privado nacional, a reestruturação das empresas privadas...Portanto, as mudanças tecnológicas e organizacionais, embora tenham papel significativo no aumento das taxas de desemprego nos últimos anos, devem ser vistas como partes em um contexto mais amplo de políticas neoliberais, acompanhadas de um ritmo lento e em alguns momentos, recessivo quanto ao desenvolvimento econômico. ( MOTIM, Vol. VI, nº 119 (75), 2002 ).

Em resumo, pode-se concluir que o processo de abertura comercial causou importante impacto no setor industrial, pois esse setor passou por significativas transformações como o processo de reestruturação produtiva e também por uma reestruturação organizacional, que acabou por gerar uma considerável redução da mão-de-obra antes absorvida pelos vários ramos do setor industrial.

Pode-se concluir também que as transformações não se deram apenas na geração de emprego mas também na qualidade do emprego assim como nas relações de trabalho, ou seja, na maneira de como o trabalhador deve desempenhar suas funções.

Deve-se salientar também , que a abertura impõe maior competitividade, uma vez que a concorrência aumenta, passando a ser necessária a utilização e

incorporação de novas tecnologias as quais muitas vezes são poupadoras de mão-de-obra, ou seja, a utilização de novas tecnologias muda a dinâmica do emprego, pois as empresas passam a exigir trabalhador com um novo perfil, isto é, com maior qualificação e competência, gerando a curto prazo, um significativo aumento do desemprego, visto que há a necessidade de um ajuste por parte da mão-de-obra para que possa inserir-se nesse novo perfil exigido.

Não se pode ignorar o fato de que as inovações tecnológicas geram importantes mudanças tanto no mercado de trabalho como nas relações do trabalho, pois as inovações tecnológicas favorecem o aumento significativo da produtividade se comparado com a utilização da força de trabalho na produção.

Em resumo, pode-se dizer que a abertura favoreceu a disseminação das novas tecnologias nos diversos setores industriais do país.

Vale salientar também que não é intenção dessa autora posicionar-se contra o processo de inovação e tecnologia, mas sim mostrar que o processo de abertura gerou mudanças no setor industrial e que parte dessas mudanças pode ser atribuída a necessidade de mudança de paradigma tecnológico que por sua vez muda a dinâmica e as relações de trabalho.

#### 4.2 ABERTURA, TERCEIRIZAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 90.

Conforme aponta BONELLI (1999), as empresas reagiram à abertura, no sentido de ter que mudarem de estratégias, uma vez que passaram a ficar expostas à crescente concorrência internacional nos anos 90. Esse aumento de concorrência gerou um mundo de incertezas em relação à maneira de como conduzir as firmas, dado o novo cenário que surgia.

BONELLI (1999), destaca que a concorrência com produtos importados foi muito forte em vários segmentos industriais. As empresas por sua vez, com o passar do tempo mostraram-se estar pouco preparadas para enfrentar esse novo desafio.

BONELLI (1999), aponta que, no entanto, o processo de abertura foi positivo no diz respeito a influência sobre as decisões de investimentos.

A valorização cambial surgida como política adotada no Plano Real, é apontada por BONELLI (1999), como um fator que dificultou a adaptação à abertura, sendo também obstáculo ao crescimento e à diversificação das exportações, pois antes dessa valorização cambial, as empresas tinham uma visão mais positiva em relação a abertura, uma vez que existia a possibilidade de escoar seus produtos, já que no Brasil havia uma taxa de cambio desvalorizada.

Os empresários tiveram ainda como entrave ao aumento da competitividade dos produtos brasileiros, a estrutura tributária, que segundo BONELLI (1999), era mais elevada no Brasil do que a dos concorrentes, fato que torna os bens brasileiros menos competitivos, tanto no mercado internacional como também no mercado nacional.

BONELLI (1999), enfatiza que a percepção dos custos de adaptação à abertura aumentou com o tempo, embora tenha existido impacto positivo, como é o caso do impacto tecnológico, o fator preocupante segundo ele, seria a redução do volume de emprego, como pode ser evidenciado pela citação abaixo:

“A redução do volume do emprego, a perda de participação no mercado doméstico e a redução da rentabilidade empresarial são claras e lucidamente identificadas como fatores desfavoráveis da abertura.” (BONELLI, 1999, pg.94).

Conforme, evidencia BONELLI (1999), são realizados estudos com empresas onde o conjunto das repostas sugere o predomínio de um padrão de ajustes, dada a necessidade de racionalização na maneira de organizar a produção e aumentar a produtividade e a qualidade dos bens produzidos, esses ajustes são apontados como fatores positivos do processo de ajustes, no entanto, existem também os fatores negativos que segundo BONELLI (1999), refere-se a “redução do nível de emprego, da rentabilidade e da parcela de mercado com o avanço dos importados”.

Importante salientar que BONELLI (1999), afirma que houve um esforço de reestruturação das empresas no sentido de tornarem-se mais competitivas, e que essas mudanças estão baseadas nos conceitos de flexibilização e terceirização.

BONELLI (1999), enfatiza que o aumento da concorrência, a globalização da produção e as mudanças tecnológicas e nos sistemas de gestão, obrigam as empresas

a reduzirem os custos unitários do trabalho e torna-lo mais flexível com intuito de se adaptarem a um cenário que está em constante modificação.

Segundo BONELLI (1999), as mudanças ocorridas na legislação trabalhista com a nova Constituição de 1988, a qual aumentou a proteção e os benefícios aos trabalhadores, acabou por gerar uma redução no incentivo de contratação de mão-de-obra, sendo esta uma das causas que explicam a redução de “bons” empregos nos anos 90.

A terceirização não é fenômeno novo no Brasil, conforme aponta, REINECKE (1999), segundo ele, a terceirização é uma estratégia de ajuste de curto prazo, utilizada por muitas empresas brasileiras, pois tal estratégia combina uma forte redução de pessoal com a subcontratação da mão-de-obra, assim como a subcontratação de serviços e de partes do processo produtivo.

REINECKE (1999), aponta o aumento desse tipo de estratégia pelas empresas por apresentarem um reduzido grau de regulação trabalhista no que se refere às formas não assalariadas de emprego, há também um redução do poder dos sindicatos em relação aos trabalhos terceirizados, pois os trabalhadores subcontratados não são usualmente filiados e a tendência dos sindicatos é defender primeiramente os interesses dos seus membros; e também a existência de uma legislação diferenciada para as pequenas e microempresas no que se refere aos impostos e obrigações trabalhistas, diante disso, passa a existir um forte incentivo à “externalização dos serviços e da produção em direção a essas unidades menores”.

REINECKE (1999), aponta o resultado de uma pesquisa feita em relação à subcontratação, aplicada a trabalhadores assalariados, sobre se a empresas que os paga é diferente daquelas em que eles de fato trabalham. A pesquisa refere-se a serviços externalizados desde limpeza de restaurantes a serviços mais sofisticados como processamento de dados , manutenção entre outros.

REINECKE (1999), aponta como resultado dessa pesquisa que houve crescimento da contratação de trabalhadores assalariados subcontratados, uma vez que o percentual em 1990 era de 2,3% e passou a 3,7% em 1996.

Em síntese, os principais apontamentos feitos por REINECKE (1999), referem-se aos baixos salários verificados entre os trabalhadores subcontratados, principalmente daqueles com baixo nível de instrução ligados a trabalhos menos qualificados. Aponta que a jornada de trabalho tende a ser longa, com reduzida chance de estabilidade de emprego se comparado aos trabalhadores formais.

Aponta ainda a existência de trabalhadores que ele chama de “autônomos falsos”, pois são trabalhadores autônomos subcontratados, que apesar de serem formalmente independentes, são supervisionados pela empresa a qual prestam serviço.

REINECKE (1999), afirma que a tendência de crescimento do trabalho subcontratado é preocupante, pois tem impacto negativo na qualidade do emprego.

“... Em 72,5% das empresas estudadas pelo DIEESE (1993), verificou-se que a subcontratação diminuiu os benefícios sociais dos trabalhadores afetados ; em 67,5% dos casos, os salários eram mais baixos...” (REINECKE, 1999, pg.137).

Conforme evidencia CACCIAMALI (1999), a década de 90 no Brasil teve seu início marcado pela abertura comercial e pela recessão econômica. Em 1994 com o Plano Real, a política econômica implementada no sentido de atingir estabilidade econômica, levou ao aumento das taxas de juros, valorização cambial e lenta recuperação dos investimentos, gerando um crescimento econômico positivo porém insuficiente para aumentar o volume de empregos que condizesse com o aumento da População Economicamente Ativa (PEA).

CACCIAMALI (1999), aponta o cenário acima estabelecido para enfatizar qual era a situação vivida pelo país quando houve a intensificação do processo de reestruturação produtiva, o qual incidiu principalmente no setor industrial gerando redução importante da mão-de-obra, e aumento significativo das práticas de subcontratação de serviços e produtos, apontando também a o aumento dos níveis de desemprego e aumento do subemprego.

Segundo CACCIAMALI (1999), o aumento da competitividade o surgimento de novos processos tecnológicos passaram a estimular principalmente as grandes empresas a diminuírem o tamanho de suas plantas e aumentarem as subcontratações.

CACCIAMALI (1999), aponta que as subcontratações transformam as relações de trabalho, tornando-as relações comerciais. Aponta um conjunto de fatores que incentivam a prática da subcontratação.

Ademais, um conjunto de outros fatores incentivam essas práticas, tais como: o aumento na taxa de desemprego e principalmente o subemprego, que reforçam o reduzido grau de organização sindical; a possibilidade de diminuir a carga tributária através da horizontalização da empresa, visto que os extratos micro e pequeno dispõem de legislação tributária diferenciada: a sonegação e a evasão de impostos do mercado de trabalho por meio de contratações ilegais, cooperativas de trabalho ou agências de mão-de-obra temporária; e a maior invisibilidade frente aos órgãos de fiscalização do estado, etc.(CACCIAMALI, 1999, p.208).

Segundo POCHMANN<sup>13</sup>, a redução do emprego formal no setor privado mercantil, ao longo da década de 90, ocorreu em parte para atender as etapas necessárias ao processo de reestruturação empresarial, as quais se resumiam em uma mudança no mix de produção, que significa dizer que parte do processo de produção interno passou a ser substituído por importação, tornou-se necessária adoção de novos programas em relação a organização do trabalho, da gestão, da produção, de inovações tecnológicas, assim como a subcontratação e terceirização da mão-de-obra.

Segundo QUEIROZ (1998), as principais preocupações das empresas modernas estão relacionadas com a produtividade e competitividade, sendo assim as organizações devem ser mais flexíveis e mutáveis, para melhor atender os consumidores.

QUEIROZ (1998) aponta o surgimento de uma nova forma de gestão de negócios, onde o foco principal das empresas são os seus produtos, passando a terceiros as suas “atividades-meio”.

Sugere que deverá haver modificações na legislação trabalhista, no sentido de criar novas opções de contrato de trabalho, onde a relação de emprego não existe.

Conforme explica QUEIROZ (1998), a competição empresarial gera a globalização das atividades econômicas, essa competição tem enxugado as

---

<sup>13</sup>Pochmann M. Produtividade e Emprego no Brasil dos Anos 90. disponível em: [www.eco.unicamp.br/artigos](http://www.eco.unicamp.br/artigos). Acesso em :25/09/05.

organizações, uma vez que elas precisam de “uma otimização econômica e financeira”, a qual leva as empresas à necessidade de reduzir suas despesas relativas a mão-de-obra, principalmente no tange a questão dos encargos sociais e legais e também tributários.

Conclui-se que o aumento do processo de terceirização ou subcontratação nos anos 90 no Brasil intensificou-se, dada a necessidade das empresas de se adaptarem às mudanças ocorridas no país no período.

As empresas por sua vez, precisavam enfrentar a concorrência que abertura impôs e também a problemática que as altas taxas de juros trazem, como por exemplo, a dificuldade de fazer investimentos dadas as altas taxas de juros vigentes no período. Pode-se dizer, que uma das saídas encontradas pelas empresas foram a adoção de estratégias no sentido de racionalizar a produção. Tal racionalização significou basicamente a redução de trabalhadores efetivos e também o aumento do processo de terceirização da produção.

Pode-se dizer, que o efeito negativo da subcontratação, recaí sobre o trabalhador, o qual passa a ter seus benefícios reduzidos, seja em termos de seguridade social, de direitos trabalhistas ou de garantia de trabalho, nem mesmo tem proteção sindical.

Observa-se que o processo de abertura comercial aumenta o grau de concorrência e esta gera mudanças nos métodos de produção assim como nas relações de trabalho e no processo deste.

Conclui-se que o processo de abertura comercial se inter relaciona com vários outros fatores que em conjunto afetaram a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90.

Pode-se concluir também, que a abertura comercial funcionou como uma peça de “dominó” que ao ser mexida desencadeou efeitos que aliados a outros fatores geraram novos efeitos transformando não só o processo mas também as relações de trabalho a partir dos anos 90.

## 5 CONCLUSÃO

O processo de abertura comercial no Brasil nos anos 90, tinha por intento inserir o país na nova economia mundial, visando a possibilidade de retomar o crescimento econômico e reduzir os problemas gerados pelo período recessivo da década passada, entre eles o desemprego.

A abertura comercial introduziu novas palavras de ordem tais como: competitividade, inovação de produtos e de processos e avanços tecnológicos.

No entanto, muitas das empresas brasileiras não conseguiram adaptar-se às novas exigências do mercado na velocidade que a abertura impôs, ou seja, elas não estavam preparadas para concorrer com empresas modernas que se utilizavam de novas tecnologias e constantes processos de inovação, que as tornavam mais competitivas que as empresas nacionais, as quais eram acostumadas a falta de concorrência e sem o aparato de grandes tecnologias e inovações.

No entanto, não foi apenas o rápido processo de abertura que gerou dificuldades às empresas, mas também a valorização cambial e elevação da taxa de juros, com a implantação do Plano real em 1994.

Sendo assim, conclui-se que a abertura comercial aliada a um ambiente macroeconômico desfavorável, fez com que as empresas agissem de maneira rápida, ou seja, na tentativa de acompanhar a concorrência, passaram a reduzir custos e aumentar de maneira significativa a produtividade.

O resultado dessa busca foi positivo para algumas empresas, que conseguiram seus objetivos de aumento de produtividade, conseguindo manter-se no novo cenário econômico no qual haviam sido inseridas. No entanto, existiram empresas que não conseguiram ajustar-se encerrando suas atividades.

Em decorrência do novo modelo econômico adotado pelo país e dos problemas de ordem macroeconômica, passa-se a observar no país mudanças importantes no mercado de trabalho brasileiro dos anos 90.

Uma das principais mudanças que se pode apontar foram o aumento das privatizações de estatais, gerando um significativo aumento do desemprego e uma

alteração do perfil ocupacional, assim como, a existência de um maior grau de instabilidade nos contratos de trabalho.

Observa-se que a busca por eficiência por parte das empresas exige um novo perfil para a mão-de-obra, isso equivale a dizer que a qualificação profissional tornou-se condição fundamental.

Pode-se concluir também que as transformações não se deram apenas na geração de emprego mas também na qualidade do emprego assim como nas relações de trabalho.

Sendo o setor industrial o que mais emprega com vínculos trabalhistas, este ao ser reduzido acaba por afetar o percentual de empregados com carteira assinada, ou seja, há uma redução do emprego formal, gerando em contrapartida um aumento do trabalho informal.

Outra importante mudança foi o aumento da terceirização, a qual foi utilizada como uma estratégia de ajuste por muitas empresas. Esse tipo de estratégia consiste em subcontratar mão-de-obra e serviços e até mesmo, parte do processo produtivo.

Conclui-se a existência, nesse período, de uma significativa reestruturação no mercado, levando à flexibilização dos contratos de trabalho, por meio da utilização de trabalho temporário, em tempo parcial ou até mesmo subcontratado.

Em síntese pode-se dizer, que o rápido processo de abertura ocorrido nos anos 90 acabou por estimular o aumento das privatizações e subcontratações, fatores que em conjunto, geraram importantes transformações no mercado de trabalho brasileiro, no período.

Pode-se apontar como principais transformações, o aumento do desemprego, a criação e destruição de ocupações, mudanças não apenas no processo do trabalho mas também nas relações de trabalho. Observa-se também, um aumento da incerteza quanto a estabilidade do emprego, uma redução na média dos salários, que equivale a dizer que houve uma redução na renda dos trabalhadores e conseqüentemente uma redução na qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, J. A. G.; HORISAKA, K.; KEOHANE, R. **O Futuro do Brasil: A América Latina e o fim da Guerra Fria**. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- ALENCAR, G de; **Brasil e Seu Futuro**. 1 ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
- ARAÚJO, S.M. P. de. **A ação sindical no contexto político da privatização das telecomunicações no Brasil**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (100), 2002. [ISSN: 1138-9788]. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119100.htm>. Acesso em: 31/07/05.
- BONELLI, R. , **A Reestruturação Industrial Brasileira nos Anos 90**. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Brasil. Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: Políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade**. Editora 34 LTDA. São Paulo, 1999.
- CACCIAMALI, M. C., **Desgaste na Legislação Laboral e Ajustamento do Mercado de Trabalho Brasileiro nos Anos 90**. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Brasil. Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: Políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade**. Editora 34 LTDA. São Paulo, 1999.
- CACCIAMALI, M.C; BEZERRA, L.L. **Produtividade e Emprego Industrial no Brasil**. In: CARLEIAL, L; VALLE, R. (Orgs). **Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil**. . 1ª ed. São Paulo: Hucitec-ABET, 1997.
- CAMARGO, J. M. **Contratos Espúrios: Contratos individuais de trabalho no Brasil** . In: VALLE, R ; WACHENDORFER, A. (Orgs). **Mercado de Trabalho e Política Industrial: Obstáculos Institucionais à produtividade**. . 1ª ed. São Paulo: Marco Zero, 1996.
- CHAUÍ, M. **Ideologia Neoliberal e Universidade**. In: MOISÉS, J. A. (Org.). **Os sentidos da Democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global**. 2ª ed. Petrópolis –RJ: Vozes, 2000.
- FIORI, J. L., **Consenso de Washington**. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos\\_globais/textos/consenso\\_w.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos_globais/textos/consenso_w.htm). Acesso em: 30/07/05.

FUENTES, M. R; **Setor Informal e Reestruturação Produtiva: Uma Alternativa de Empregos nos anos 90?**. In: CARLEIAL, L; VALLE, R.(Orgs). **Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil**. . 1ª ed. São Paulo: Hucitec-ABET, 1997.

GREMAUD, A . P.; VASCONCELLOS, M. A. S de; JÚNIOR, R. T. **Economia Brasileira Contemporânea**. 4 ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Educação e Trabalho**. Disponível em: [www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br). Acesso em: 11/06/05.

\_\_\_\_\_ **O Mercado de Trabalho e a Geração de Emprego: O Mercado de Trabalho nos anos 90**. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 30/07/05.

LACERDA, A. C. et al. **Economia Brasileira**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

LEITE, E. M; **Reestruturação Industrial, Cadeias Produtivas e Qualificação**. In: CARLEIAL, L; VALLE, R.(Orgs). **Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec-ABET, 1997.

MONTAGNER, P. ; BRANDÃO, S. **Recessão e Racionalização Produtiva: Implicações para o Mercado de Trabalho**. In: **São Paulo em Perspectivas**. São Paulo: SEADE. 1994.

MOTIM, B.M.L. **Mudanças no trabalho e no mercado de trabalho: trabalhadores do ramo de telecomunicações no Brasil**. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. VI, nº 119 (75), 2002. [ISSN: 1138-9788]. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-75.htm>. Acesso em: 31/07/05.

PAES, R. C., **Um Estudo Sobre Empregos no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Guavira, 1978.

POCHMANN, M. **A Década dos Mitos: O Novo Modelo Econômico e a Crise do Trabalho no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PRADO, A. ; CANO W.; et alii. **Emprego e Desenvolvimento Tecnológico: Processos de Integração Regional**. São Paulo: DIEESE. 1999.

QUEIROZ, C. A . R. S, . **Manual de Terceirização**. 9ª ed. São Paulo, Ed.STS Publicações e Serviços, 1998.

- REINECKE, G. **Qualidade de Emprego e Emprego atípico no Brasil.** In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Brasil. Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: Políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade.** Editora 34 LTDA. São Paulo, 1999.
- RICUPERO, R. **A Década de 80 e a crise da América Latina.** In: MOISÉS, J. A. (Org.). **Os sentidos da Democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global.** 2ª ed. Petrópolis –RJ: Vozes, 2000.
- SALM, C (COORD.), et. alii. **O Mercado de Trabalho Brasileiro: Estrutura e conjuntura.** 1 ed. Rio de Janeiro: UFRJ. 1997.
- SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia.** 7 ed. São Paulo: Best Seller, 2001.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA ECONOMIA INFORMAL DE SÃO PAULO (SINTEN/SP) **BRASIL. Pequeno histórico da Economia Informal no Brasil.** Disponível em: [www.streetnet.org.za/SINTEINsp](http://www.streetnet.org.za/SINTEINsp). Acesso em 30/07/05.
- ZEBRAL FILHO, S. T. B., **Globalização, Desemprego e desigualdade: evidências, Mitos e Desafios do Mercado de Trabalho Brasileiro.** 1 ed. Brasília: Coronário, 1997.

## **ANEXOS**

ANEXO 1 – TOTAL DE OCUPADOS NÃO-AGRICOLAS, SEGUNDO A SITUAÇÃO OCUPACIONAL, NO BRASIL – 1986 – 1996.

SITUAÇÃO OCUPACIONAL	1986	1989	1990	1995	1993	1995	1996
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total de empregados	75,5	74,6		71,7			
Empregados com registro	65,1	65	72,9	54	71,7	70,2	70,1
Empregados sem registro	34,9	35	64,2	21,1	52,2	51	50,1
Trabalhadores domésticos	-	-	35,8	13	22,6	21,9	23,7
Funcionários públicos, estatutários e militares	-	-	-	11,9	13,3	14,3	13,7
Trabalhadores por conta própria	19,7	19,1	-	20,7	11,9	12,8	12,5
Sem remuneração	1,4	2,1	20,3	3,7	20,8	21,8	21,3
Empregadores	3,4	4,3		3,9			
			2,2		3,7	3,7	3,2
			4,6		3,8	4,3	4,0

FONTES: IBGE/PNAD, Notas Metodológicas.

ANEXO 2 – DIFERENCIAIS DE SALÁRIOS RELATIVOS ENTRE EMPREGADOS COM E SEM REGISTRO COM RELAÇÃO AO SALÁRIO MÉDIO, NO BRASIL – 1986-1995

ANOS	ECR (1)	ESR (2)
1986	116,6	76,9
1989	128,0	59,3
1990	122,5	67,9
1992	121,4	45,9
1993	120,6	47,4
1995	114,6	52,4

FONTES: IBGE/PNAD, diversos anos

(1) ECR = empregados com registro

(2) ESR = empregados sem registro.

ANEXO 3 – ROTATIVIDADE ANUAL DO EMPREGO FORMAL, BRASIL – 1986-1993

(%)

TAMANHO DO ESTABELECIMENTO	1986	1987	1988	1989	1990	1991
<b>1992 1993</b>						
Até quatro empregados	49,9	47,2	59,8	50,4	48,2	
47,8 47,7 51,5						
Até 19 empregados	57,1	55,1	60,5	57,8	55,6	
56,1 57,4 60,0						
De 20 a 99 empregados	60,6	59,6	61,7	62,2	59,2	
61,2 65,1 66,8						
De 100 a 499 empregados	62,9	62,6	64,7	64,7	62,6	
66,1 69,5 70,7						
Mais de 500 empregados	78,2	77,7	78,2	80,5	79,0	
81,5 84,4 84,6						
Total	<b>66,4</b>	<b>65,6</b>	<b>67,5</b>	<b>68,1</b>	<b>65,5</b>	
<b>67,6 70,5 71,9</b>						

FONTE: CACCIAMALI, PIRES (1997)

Nota: os dados brutos procedem da RAIS/MTb

ANEXO 4 - TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO, DO EMPREGO E DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO, SEGUNDO GÊNEROS INDUSTRIAIS. BRASIL, 1990-1995.

Gêneros	Produção industrial	Pessoal ocupado	Horas pagas na produção	Produtividade de hora
Indústria alimentícia	3,05%	-3,73%	-4,46%	7,86%
Industria de bebidas	6,83%	-2,82%	-3,42%	10,61%
Industria de borracha	2,56%	-11,98%	-12,23%	16,85%
Elétrica e comunicação	5,25%	-6,04%	-6,12%	12,12%
Industria extrativa mineral	1,82%	-10,66%	-10,48%	13,74%
Industria Farmacêutica	2,74%	-0,62%	-0,98%	3,74%
Industria do fumo	2,75%	-5,53%	-5,54%	8,77%
Industria de transformação	2,38%	-4,79%	-5,33%	8,15%
Industria de material plástico	2,10%	-4,32%	-4,19%	6,56%
Industria de materiais de transporte	7,53%	-1,98%	-3,79%	11,76%
Industria mecânica	1,97%	-3,79%	-4,30%	6,56%
Industria metalúrgica	1,96%	-4,78%	-4,64%	6,93%
Industria Não- Metálicos	1,12%	-5,84%	-6,23%	7,84%
Industria de papel e papelão	2,62%	-5,35%	-5,73%	8,86%
Industria de perfumes e cosméticos	3,99%	-0,34%	1,56%	5,64%
Industria química	0,73%	-5,77%	-6,16%	7,35%
Industria têxtil	-0,70%	-6,84%	-7,77%	7,66%
Industria do Vestuário	-4,00%	-8,39%	-8,82%	5,29%

FONTE: Elaborada por CACCIAMALI e BEZZERA com base nos dados da PIM-IBGE.